

AC. EM CÂMARA

(11) PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES:- Pela Vereadora Ana Margarida Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-

“PROPOSTA

“PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES VIANA DO CASTELO - 2015 | 2017

Nota de Abertura

O Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Viana do Castelo (PMIIVC), para 2015/2017, é um documento onde constam medidas de integração dos imigrantes residentes no concelho de Viana do Castelo, principalmente dirigidas aos Nacionais de Países Terceiros (NPT). A elaboração deste Plano, que beneficia do Programa de Financiamento Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), obedece a uma estrutura pré-definida e contém medidas de integração nas áreas do mercado de trabalho e empreendedorismo, saúde, Integração e Acolhimento, Solidariedade e Respostas Sociais, Cultura, Educação e Língua, Formação e Capacitação, Cidadania e participação Cívica, Media e Opinião Pública, entre outras, com o objetivo de promover a integração, participação, igualdade e coesão social dos cidadãos nacionais de países terceiros na comunidade local.

Desenvolver sentimentos de confiança, equilíbrio e segurança dos cidadãos nacionais de países terceiros e criar mecanismos facilitadores para a vida quotidiana, são uma prioridade do Município, razão pela qual assume o compromisso de garantir o cumprimento das medidas constantes do PMIIVC.

Para a definição das diferentes medidas, o Município contou com a participação ativa dos parceiros institucionais, dos setores público, privado e associativo, relevantes em cada área de intervenção, bem como de representantes dos NPT, processo fundamental para a eficácia das medidas propostas, bem como para a sua operacionalização.

1. ENQUADRAMENTO

O fenómeno das migrações, não sendo um fenómeno novo tem, contudo, criado fortes impactos em todo o mundo, devido não só aos consequentes desequilíbrios demográficos como também à alteração dos perfis migratórios, com implicações a nível económico, cultural, político e religioso.

Portugal, que viu a sua população emigrar durante séculos, no final do século XX e princípio do século XXI, tornou-se também um país de destino de muitos imigrantes, oriundos, sobretudo e numa primeira fase, dos países africanos lusófonos e, mais tarde dos países do leste, mas também do Brasil e de outros países não europeus. Contudo, devido, sobretudo, a fatores de ordem política e económica verifica-se, atualmente, um decréscimo do número de imigrantes e um aumento do número de portugueses que saem do país, tendo entrado em contraciclo, surgindo agora com um saldo migratório negativo.

Mas, apesar da diminuição do número de imigrantes e da maior concentração no nosso país se verificar nas zonas centro e sul, com maior enfoque na área metropolitana de Lisboa, em todas as regiões, em maior ou menor número, podemos encontrar pessoas vindas de várias partes do mundo, enriquecendo o território com maior diversidade cultural, novos profissionais, novas línguas e a abertura de novos horizontes. Vários estudos têm vindo a demonstrar que a imigração tem efeitos positivos nos países, não só nas contas públicas, como no aumento da população em idade ativa, contribuindo, também, para a percentagem de nascimentos (Censos, 2011).

A frágil situação demográfica portuguesa, devido, em grande medida, à baixa taxa de natalidade e consequente aumento do envelhecimento, bem como ao aumento da emigração da população jovem e qualificada, é um dos indicadores da necessidade de se tomarem medidas no sentido de reposicionar o equilíbrio demográfico, o que em muito poderá contribuir a integração desta população na comunidade de acolhimento, de forma a fixá-la com caráter permanente.

Daí que, no seguimento das já demonstradas boas práticas de Portugal no acolhimento e integração dos imigrantes, e da aprovação de dois Planos para a Integração dos Imigrantes foi, agora, aprovado, pela resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2010 (PEM), assente em cinco eixos políticos prioritários e que contempla um conjunto de medidas com vista “à gestão adequada e coordenada dos fluxos migratórios e da consolidação de políticas de integração”.

Tendo por base o PEM e outras orientações de entidades com responsabilidade nesta matéria, e com recurso ao Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) – Ação 4 – vários Municípios têm em curso a elaboração de Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes (PMII), entre os quais se inclui Viana do Castelo. É de referir que o concelho de Viana do Castelo, não sendo marcadamente um território de destino de nacionais de países terceiros, acolhe, contudo, um número de estrangeiros, que, pela diversidade de nações que representam e consequente diversidade cultural, merece alguma atenção ao nível das políticas locais de integração, razão pela qual, o Município se propôs elaborar o seu PMII. Tal como na maioria das regiões do país, o concelho de Viana do Castelo apresenta uma elevada taxa de envelhecimento populacional, uma baixa taxa de natalidade e embora, entre 2001

e 2011, o crescimento da população tenha estagnado, o Alto Minho, tem vindo a perder população (INE e PORTDATA).

Há, portanto, necessidade de se orientarem as políticas locais no sentido de se promoverem medidas de integração em diferentes áreas e se encetarem estratégias de fixação e captação de novos imigrantes. É neste sentido que o PMIIVC se direciona, principalmente, à integração e acolhimento dos nacionais de países terceiros (NPT) que residam e trabalhem no concelho de Viana do Castelo e/ou pretendam fixar-se aqui num futuro próximo.

A estrutura do PMIIVC segue as orientações do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), no âmbito do FEINPT, estando dividida em quatro capítulos, uma dimensão estratégica e uma dimensão operacional, onde estão definidas as várias medidas que serão asseguradas quer pelo Município quer pelas diferentes instituições parceiras, para as seguintes áreas: Serviços de Acolhimento e Integração; Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação; Cultura; Saúde; Solidariedade e Resposta Social; Cidadania e Participação Cívica; *Media* e Sensibilização da Opinião Pública, Relações Internacionais e Racismo e Discriminação. As áreas de Urbanismo e Habitação e Religião, não foram alvo de qualquer medida, uma vez que não foram identificadas necessidades ao nível do diagnóstico. Porém, devido ao longo trabalho de integração e acolhimento da população imigrante, levado a cabo pelo Município de Viana do Castelo, pela via do desporto e do lazer, foi acrescentada esta área à estrutura inicial do Plano.

Para a elaboração do PMIIVC, foi adotada a seguinte metodologia de trabalho:

Sob a coordenação de um Técnico Superior do Município, a Equipa dos Migrantes, criada em 2007 no âmbito do projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável”, constituída por representantes de várias instituições do concelho que trabalham a temática das migrações, posicionou-se como “núcleo duro” de todo o processo de elaboração do PMIIVC, desde a fase do diagnóstico ao acompanhamento dos diferentes grupos de trabalho na fase de definição das medidas. Esta Equipa, no âmbito da elaboração do PMIIVC, foi reforçada com quatro representantes das principais comunidades de NPT do concelho: Brasil, Angola, Cabo Verde e Ucrânia e com dois técnicos superiores que prestam serviços de suporte às atividades (SSA), no âmbito da candidatura ao FEINPT. A par destas atividades, a Equipa tem vindo a organizar atividades de mobilização dos cidadãos NPT para a participação no PMIIVC, nomeadamente os “Momentos i”, que incluem o *círculo dos imigrantes*, a *dança para a integração* e as *conversas em português*. Foi também realizado um “fórum” com a comunidade chinesa.

O PMIIVC foi aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) em 16 de junho de 2015.

2. DIAGNÓSTICO LOCAL

A principal base para a elaboração do PMIIVC é o diagnóstico local, que pressupõe o levantamento dos problemas e necessidades específicas da população imigrante, bem como dos recursos disponíveis, pelo que, para o efeito, foi feita a recolha da informação necessária através das seguintes fontes oficiais:

1. Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para a obtenção de dados estatísticos da população, a nível nacional e local;
2. Aplicação de um inquérito por questionário junto de cidadãos estrangeiros residentes no concelho;
3. Auscultação de nacionais de países terceiros (NPT) presentes no primeiro *Círculo dos Imigrantes de Viana do Castelo*¹;
4. Realização de um “fórum” com a comunidade chinesa;
5. Solicitação de informação, a nível institucional, junto das entidades locais, nomeadamente de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de escolas, Escolas profissionais, Instituto de Emprego e Formação Profissional, clubes e associações (Anexo I).

Indicadores demográficos distritais e concelhios

Antes de nos referirmos aos dados recolhidos sobre os imigrantes do concelho, passamos a retratar o Alto Minho em geral e o concelho de Viana do Castelo em particular, no que se refere aos movimentos populacionais. Do ponto de vista estatístico e tendo como referência as sub-regiões estatísticas em que se divide o território dos países da União Europeia definidas pelo *Eurostat*, o concelho de Viana do Castelo enquadra-se na NUT III Minho-Lima.

A Região do Alto Minho acolhe cerca de 244.836 habitantes (INE, Censos 2011), o que representa cerca de 7% da Região Norte e 2% da população do país. A população residente no Alto Minho decresceu cerca de 2% entre 2001 e 2011. A grande maioria dos concelhos abrangidos pela Região do Alto Minho registaram, ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos Municípios menos povoados.

No Concelho de Viana do Castelo, a população residente é constituída por 88.725 habitantes (INE, Censos 2011), sendo que, destes, 46.836 são mulheres (53%) e 41.889 são homens (47%). Nos períodos censitários 2001 e 2011, registou-se uma variação populacional próxima do nulo correspondendo a um acréscimo de +94 habitantes (+0,1%).

A densidade populacional do Concelho de Viana do Castelo é 278 habitantes por Km². Na zona litoral do Concelho emerge um importante contínuo urbano de elevado número de alojamentos que polarizam

¹ O *Círculo dos Migrantes* insere-se num conjunto de atividades denominadas “Momentos i” pensados para facilitar a integração da população residente estrangeira.

uma parte significativa da população residente em contraste com a população do interior dispersa pelo território e caracterizada com uma baixa densidade populacional. Com a agregação de freguesias, a zona urbana passou a registar uma densidade populacional de 2.131 habitantes/Km².

A evolução da taxa de natalidade está a decrescer na região Norte e Alto Minho, tal como no país, mas no concelho de Viana do Castelo a quebra é menos acentuada registando, em 2011, um valor de 7,8 nados-vivos por 1000 habitantes, menos 2,1 pontos percentuais face a 2001. Quanto à taxa de mortalidade na Região do Alto Minho, o valor ficou inalterado fixando-se em 11,6 óbitos por 1.000 habitantes. Em Viana do Castelo regista-se uma tendência crescente, nos últimos 10 anos, fixando-se em 2011 num valor de 9,2 óbitos por 1000 habitantes, mais 0,5 pontos percentuais face a 2001. Do cruzamento da evolução destas variáveis demográficas, verifica-se que nos últimos 10 anos houve uma inversão da tendência com as taxas de mortalidade a serem superiores às de natalidade resultando numa taxa de crescimento natural tendencialmente negativa.

O crescimento total de uma população é a consequência direta do movimento natural e migratório, ou seja, da evolução da natalidade, da mortalidade e dos movimentos migratórios. Assim, no concelho de Viana do Castelo, verifica-se uma diminuição da taxa de crescimento efetivo (saldo total), estimando-se a perda de 454 indivíduos, de 2001 a 2011. O Saldo Natural ou Fisiológico no período intercensitário de 2001-2011 situava-se em menos 122 indivíduos.

O índice de envelhecimento evidencia níveis particularmente desfavoráveis no Alto Minho, superando os valores médios nacionais e da Região Norte. Em Viana do Castelo, em 2011, por cada 100 jovens existiam 136 idosos, ou seja, um aumento de +35% face a 2001 (101 idosos por cada 100 jovens) o que se torna relevante no progressivo envelhecimento populacional.

Relativamente à esperança média de vida no concelho, o Índice de Longevidade, indicador de medida do envelhecimento que compara o peso dos idosos mais jovens com o peso dos idosos menos jovens, confirma a tendência para o envelhecimento demográfico. Em 2011 o valor fixava-se nos 48,6%, registando um aumento de 15% face a 2001. Em 2011, verificou-se que a percentagem de jovens é praticamente metade da percentagem de idosos (11,0 para 20,0).

A imigração em Viana do Castelo

No que se refere aos dados estatísticos sobre o fluxo migratório, de acordo com os Censos de 2011, a comunidade imigrante, em Portugal, representava 3,7% da população residente, sendo a mais representativa a brasileira (27,8%), seguida da cabo-verdiana (9,9%) e da ucraniana (8,6%). No concelho de Viana do Castelo, a comunidade imigrante representa cerca de 1,2% da população residente, 1.037

cidadãos (SEF, 2013) entre 88.725 habitantes (Censos, 2011). Por sua vez, as três comunidades mais representativas no Concelho são a brasileira (23,7%), a ucraniana (13,6%) e a espanhola (11,3%).

No que concerne às comunidades de NPT, a quem se destina este plano, representam apenas 0,8% dos cidadãos residentes em Viana do Castelo, sendo as comunidades brasileira (36,5%), ucraniana (20,9%) e chinesa (11%) as que têm maior expressão. No grupo das dez comunidades mais representativas inserem-se, também, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Rússia, Moldávia, Nepal e Noruega, de acordo com a Tabela 1.

Relativamente à distribuição por sexo, os dados dos Censos de 2011 indicam a população feminina como a mais representativa da população estrangeira residente em território nacional. Segundo os dados disponíveis (SEF, 2013), o concelho de Viana do Castelo segue a mesma tendência (52,5%).

Os principais grupos etários dos cidadãos estrangeiros no nosso concelho situam-se entre os 30-34 anos e os 35-39 anos, com maior prevalência para o sexo feminino.

Para a recolha de informação relativa a necessidades específicas da população imigrante residente no concelho de Viana do Castelo, foi elaborado um inquérito por questionário (Anexo II), dividido por nove capítulos e cinquenta e seis questões que, para além da caracterização sociodemográfica, abarcam as áreas que consideramos fundamentais para uma boa integração na comunidade, como a área do emprego, formação, saúde, educação e língua, entre outras. Do total da população estrangeira residente no concelho foi retirada uma amostra de 15% para distribuição do questionário, tendo 14% de NPT respondido ao mesmo, dos quais 48% são do sexo masculino e 52% são do sexo feminino.

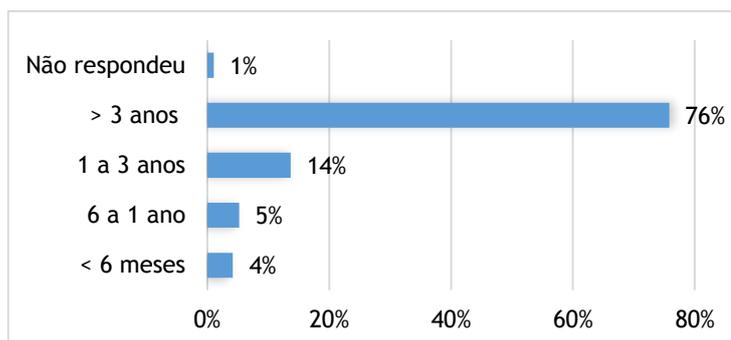
Pela análise das respostas ao questionário, verifica-se que a maioria de NPT inquiridos reside em Portugal há mais de 3 anos (76%), de acordo com o gráfico seguinte (Gráfico 1) e apenas 4% chegou há menos de 6 meses.

Tabela 1- Distribuição das principais comunidades de NPT no Concelho de Viana do Castelo

| NPT | Total | Homens | Mulheres | Total (%) | Homens (%) | Mulheres (%) |
|---------------------|-------|--------|----------|-----------|------------|--------------|
| | 674 | 320 | 354 | 100% | 47,5% | 52,5% |
| Brasil | 246 | 85 | 161 | 36,5% | 12,6% | 23,9% |
| Ucrânia | 141 | 82 | 59 | 20,9% | 12,2% | 8,8% |
| China | 74 | 40 | 34 | 11,0% | 5,9% | 5,0% |
| Cabo Verde | 38 | 18 | 20 | 5,6% | 2,7% | 3,0% |
| Angola | 32 | 17 | 15 | 4,7% | 2,5% | 2,2% |
| São Tomé e Príncipe | 16 | 9 | 7 | 2,4% | 1,3% | 1,0% |
| Rússia | 13 | 6 | 7 | 1,9% | 0,9% | 1,0% |
| Moldávia | 9 | 5 | 4 | 1,3% | 0,7% | 0,6% |
| Nepal | 9 | 6 | 3 | 1,3% | 0,9% | 0,4% |
| Noruega | 8 | 3 | 5 | 1,2% | 0,4% | 0,7% |

Fonte: SEF, 2013

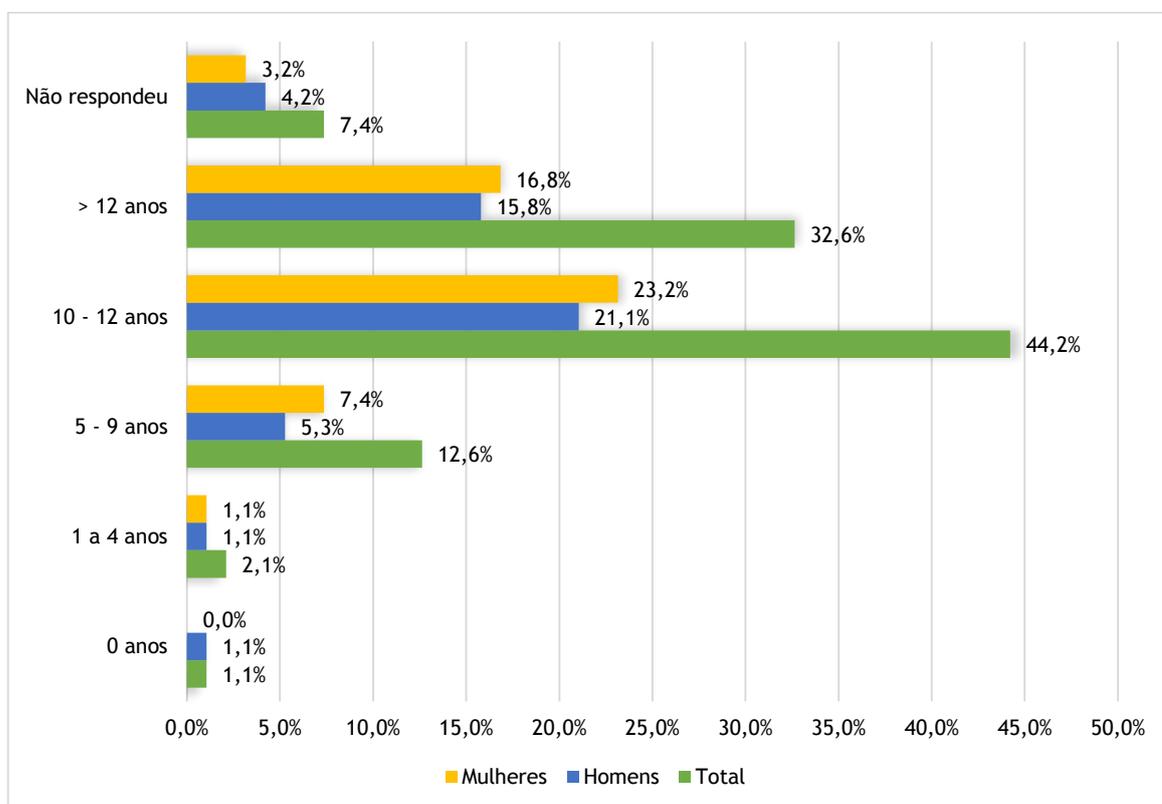
Gráfico 1 - Distribuição da duração da estadia em Portugal dos cidadãos estrangeiros inquiridos



No que concerne à escolaridade dos inquiridos (Gráfico 2), verificou-se que a maioria possui entre 10 e 12 anos de escolaridade (44,2%), e que há uma percentagem significativa da população com mais de 12 anos de escolaridade (32,6%). Esta tendência é semelhante à verificada a nível nacional para os cidadãos estrangeiros, pois, segundo o Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2014), havia em Portugal, no ano de 2012, 41,5% com escolaridade igual ou superior a 12 anos.

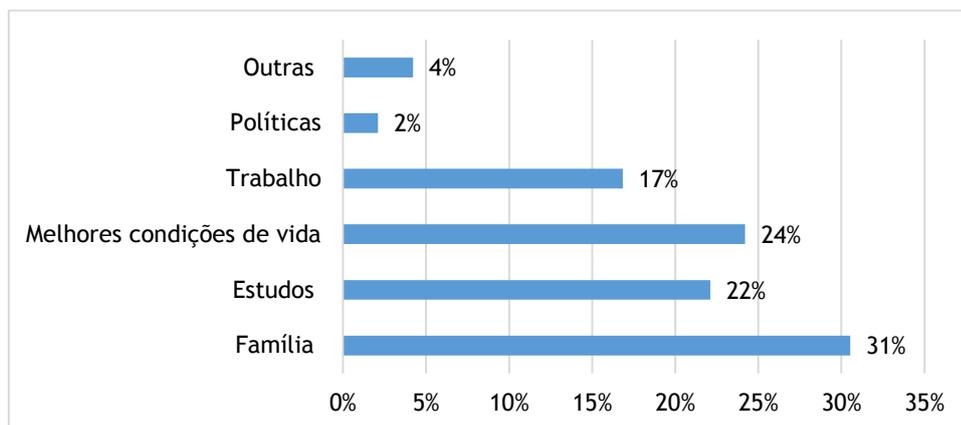
No mesmo gráfico pode ainda observar-se a distribuição da escolaridade por sexo. Os homens têm maior representatividade na população com escolaridade entre os 10 e 12 anos e as mulheres na população com mais escolaridade.

Gráfico 2 - Distribuição da escolaridade dos cidadãos estrangeiros inquiridos, por sexo



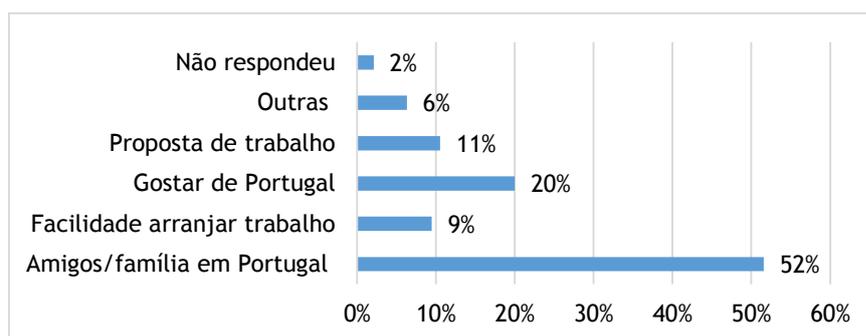
Os principais motivos pelos quais a maioria dos cidadãos deixou o seu país de origem (Gráfico 3) relaciona-se com a família (31%), com a procura de melhores condições de vida (24%), os estudos (22%) e o trabalho (17%). Em “outras” foram mencionados motivos como: *Mudar de vida; Reforma; Violência*.

Gráfico 3 – Distribuição das razões pelas quais os cidadãos estrangeiros inquiridos deixaram o país de origem



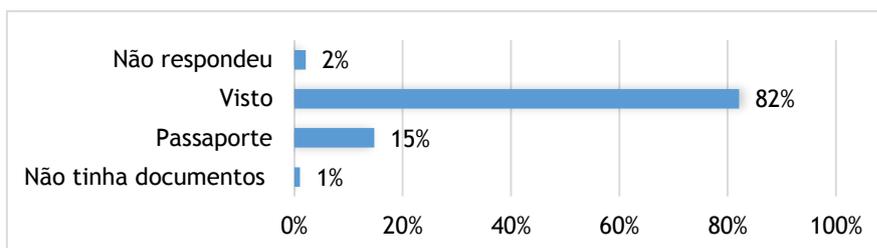
Relativamente à razão de Portugal ser escolhido como país de destino (Gráfico 4), 52% indicou o facto de *ter amigos ou família em Portugal*, 20% *gostar do país*, 11% *ter uma proposta de trabalho* e 9% considerou haver *facilidade em conseguir trabalho*. Foram indicadas *outras razões* por 6% dos inquiridos, entre as quais, a língua, o facto de Portugal respeitar os direitos humanos e fundos (referentes a bolsas de estudo).

Gráfico 4 – Distribuição dos motivos pelos quais os cidadãos inquiridos escolheram Portugal como país de destino



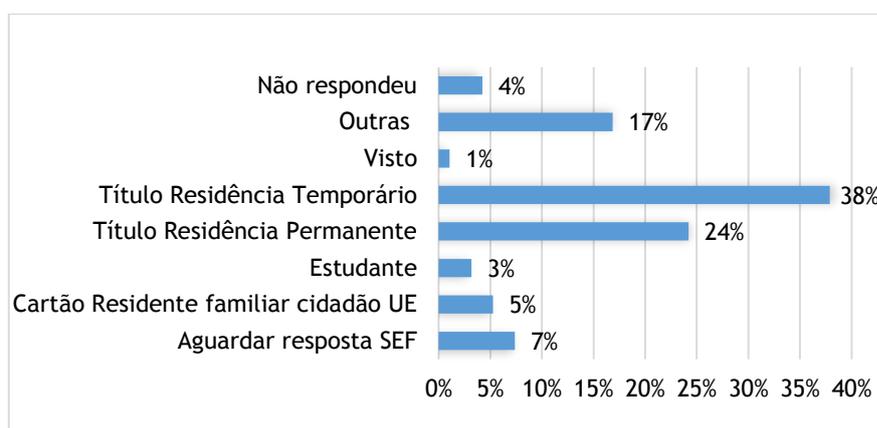
Pela observação do Gráfico 5, verifica-se que a maioria dos cidadãos estrangeiros inquiridos viajou para Portugal com documentos: 82% possuía visto e 15% tinha apenas passaporte. Apenas 1% dos inquiridos não tinha documentos e 2% não respondeu à questão.

Gráfico 5 - Distribuição relativamente à situação legal dos inquiridos quando chegaram a Portugal



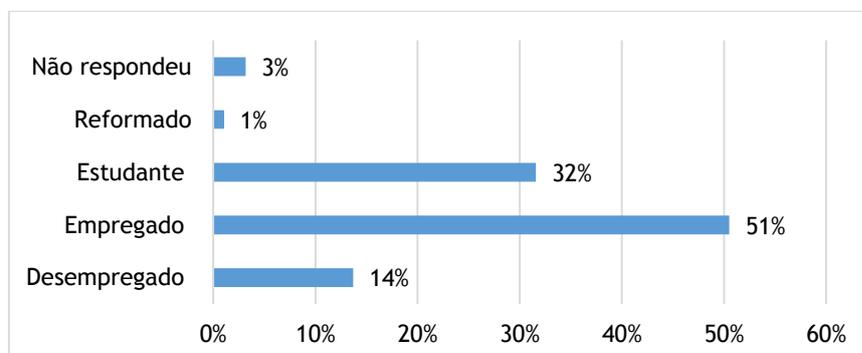
Atualmente, a maior parte dos cidadãos inquiridos (Gráfico 6) está em Portugal ou com *título de residência temporário* (38%) ou com *título de residência permanente* (24%). Os 17% que responderam “outras” são os cidadãos que já possuem nacionalidade e, como tal, cartão de cidadão português. Há, ainda, cidadãos *a aguardar resposta dos SEF* (7%), cidadãos *com cartão residente de familiar de cidadãos da União Europeia* (5%), com *visto de estudante* (3%) e com *visto regular* (1%). 2% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

Gráfico 6 - Distribuição da situação legal dos inquiridos



Quando questionados sobre a situação profissional no país de origem, 51% dos inquiridos respondeu que estava *empregado*, 32% referiu que *estudava* e 14% que estava *desempregado* (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Situação profissional no país de origem da população residente estrangeira



Do total de inquiridos, de acordo com o gráfico abaixo (Gráfico 8) quando questionados sobre se vinham acompanhados pela família, 54% referiu que *não*, 43% referiu que *sim* e 3% *não respondeu*.

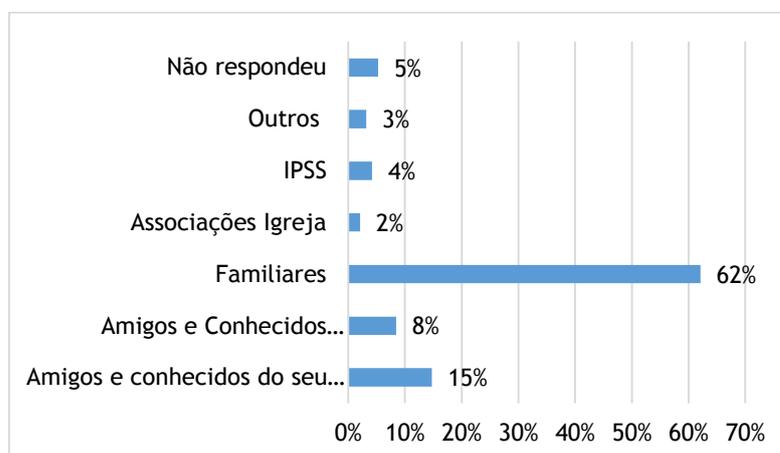
Gráfico 8 - Distribuição dos cidadãos estrangeiros acompanhados pela família, quando emigraram para Portugal



Serviços de acolhimento e integração

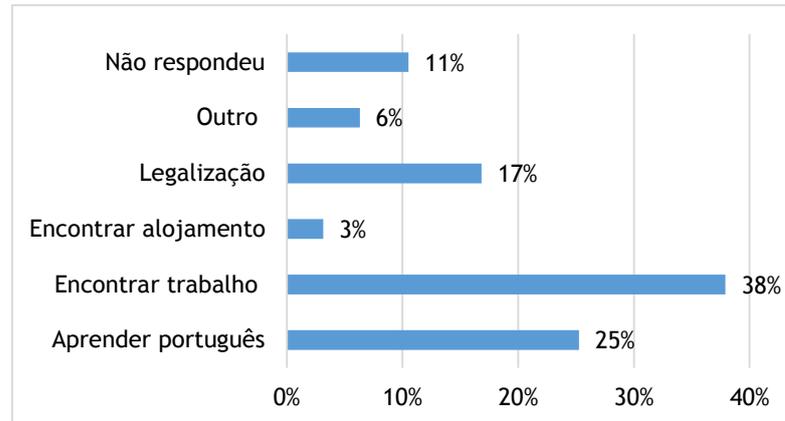
Desde que chegaram a Portugal, os cidadãos estrangeiros inquiridos receberam apoio, principalmente de familiares (62%), de amigos e conhecidos do seu país de origem (15%) e de amigos e conhecidos portugueses (8%) - Gráfico 9. No referido gráfico observa-se, também, uma barra “outros”, da qual destacamos menção ao Conselho Português para os Refugiados, uma vez que o nosso concelho acolhe cidadãos refugiados.

Gráfico 9 - Distribuição dos principais meios de apoio aos NPT



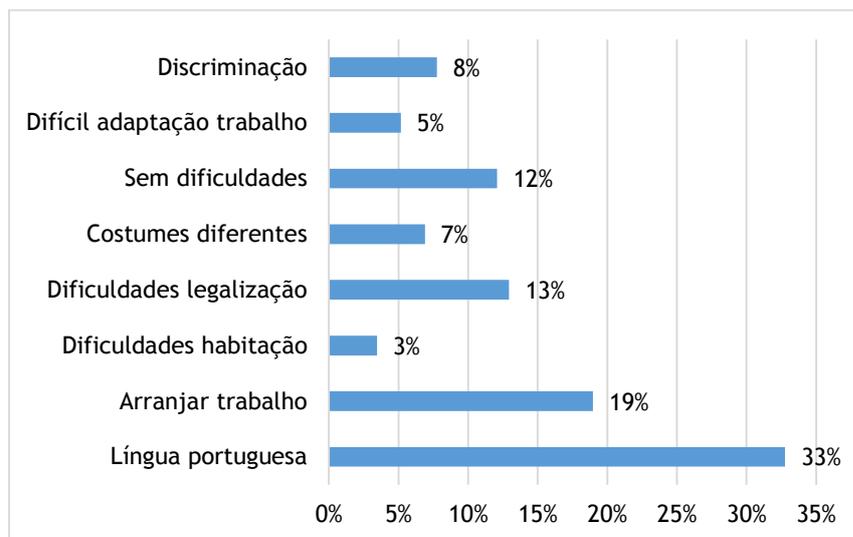
No que respeita às áreas em que foi necessário um maior apoio (Gráfico 10), 10% não respondeu, 38% referiu “encontrar trabalho, 25% “aprender português” e 17% “legalização”. “Encontrar alojamento” foi a área em que menos necessitaram de apoio (2%). Em “outro” (7%) incluem-se dificuldades financeiras e questões burocráticas.

Gráfico 10 - Distribuição das áreas em que os NPT sentiram maiores dificuldades



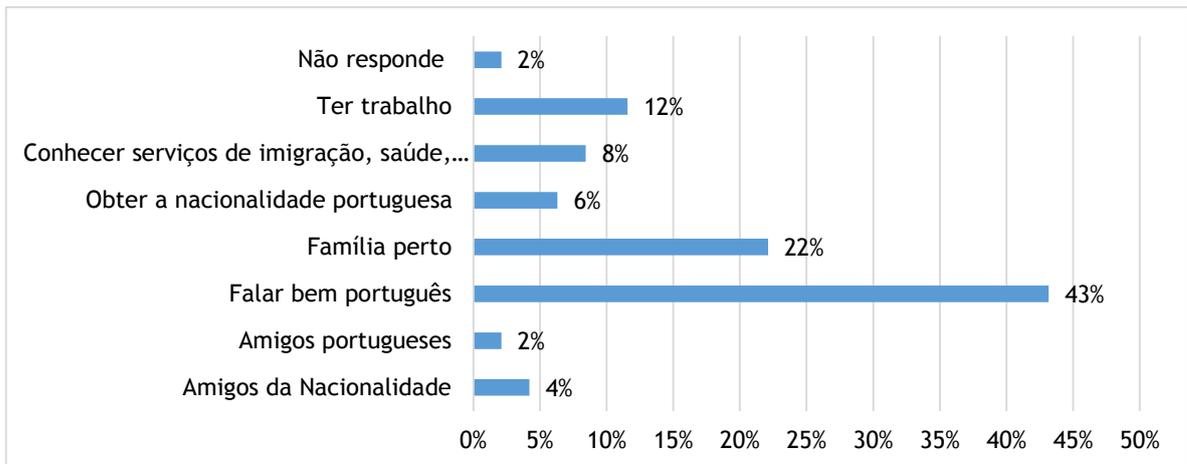
No Gráfico 11, podem observar-se as principais dificuldades apontadas pelos inquiridos na adaptação a Portugal. As mais sentidas têm a ver com *dificuldades com a língua* (33%), com *conseguir trabalho* (19%) e com a *legalização* (13%). Ainda de assinalar a *discriminação* (8%), a *dificuldade na adaptação ao trabalho* (5%), e em *conseguir habitação* (3%). 12% de inquiridos referiu *não ter dificuldades*.

Gráfico 11 – Distribuição das principais dificuldades na adaptação a Portugal



Questionados sobre o que consideram mais importante para a integração em Portugal (Gráfico 12), os 3 fatores mais referidos foram “falar bem português” (43%); “ter a família por perto (22%) e “ter trabalho” (12%). A língua é um fator de adaptação muito importante, pois permite aos cidadãos poderem integrar-se mais facilmente no mercado de trabalho e/ou no sistema escolar, e maior facilidade no desenvolvimento de relações sociais.

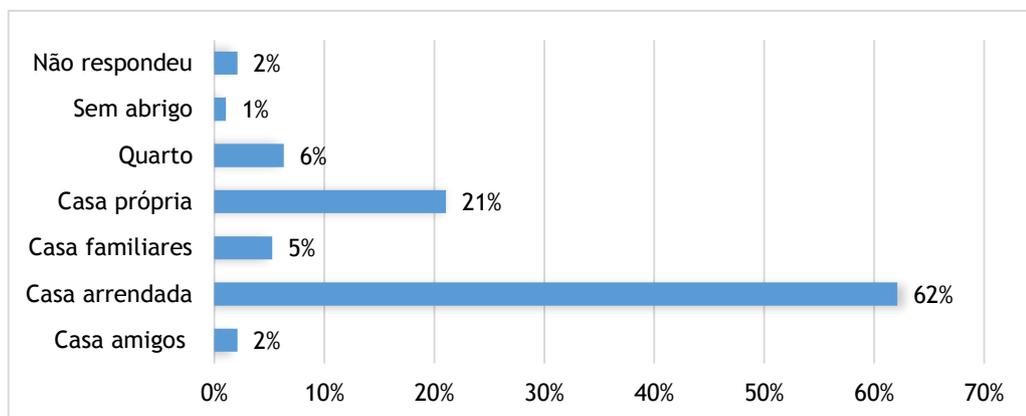
Gráfico 12 – Distribuição dos fatores mais importantes para a adaptação a Portugal dos inquiridos



Habitação e Urbanismo

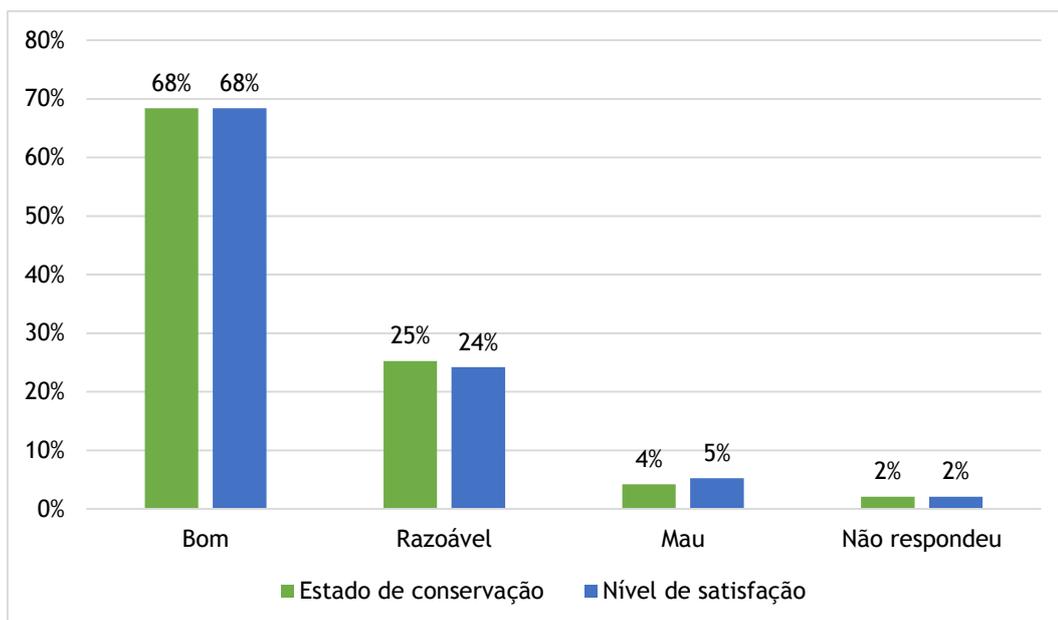
No que diz respeito às condições de habitabilidade, a grande maioria dos inquiridos vive em *casa arrendada* (68%), conforme Gráfico 13, e sente-se *satisfeita* com o local onde vive, considerando que o seu estado de conservação é *bom* (Gráfico 14). Esta tendência é semelhante à que se vive a nível nacional, uma vez que, segundo dados do INE (2011) cit. por Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2014), 53,9% dos estrangeiros em Portugal são arrendatários, distanciando-se do número de portugueses com casa própria (75,1%).

Gráfico 13 - Distribuição do tipo de habitação onde vivem os inquiridos



A percentagem de inquiridos que *vive num quarto* (6%) diz respeito a estudantes de ensino superior que vivem em residência de estudantes.

Gráfico 14 - Distribuição do estado de conservação da habitação e respetivo nível de satisfação dos inquiridos



O Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2014) dá-nos conta da sobre representação dos estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas, mostrando-se mais difícil o acesso à propriedade da habitação.

No levantamento de diagnóstico feito junto dos cidadãos NPT do concelho não se verificou esse tipo de situações. Acompanhando estes dados com os recolhidos junto das instituições de acolhimento do concelho de Viana do Castelo, nomeadamente Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAII) e Gabinete de Atendimento à Família (GAF), e sobre necessidades relativas à Habitação, não existem razões que levem esta área a ser uma prioridade deste Plano.

Mercado de trabalho e empreendedorismo

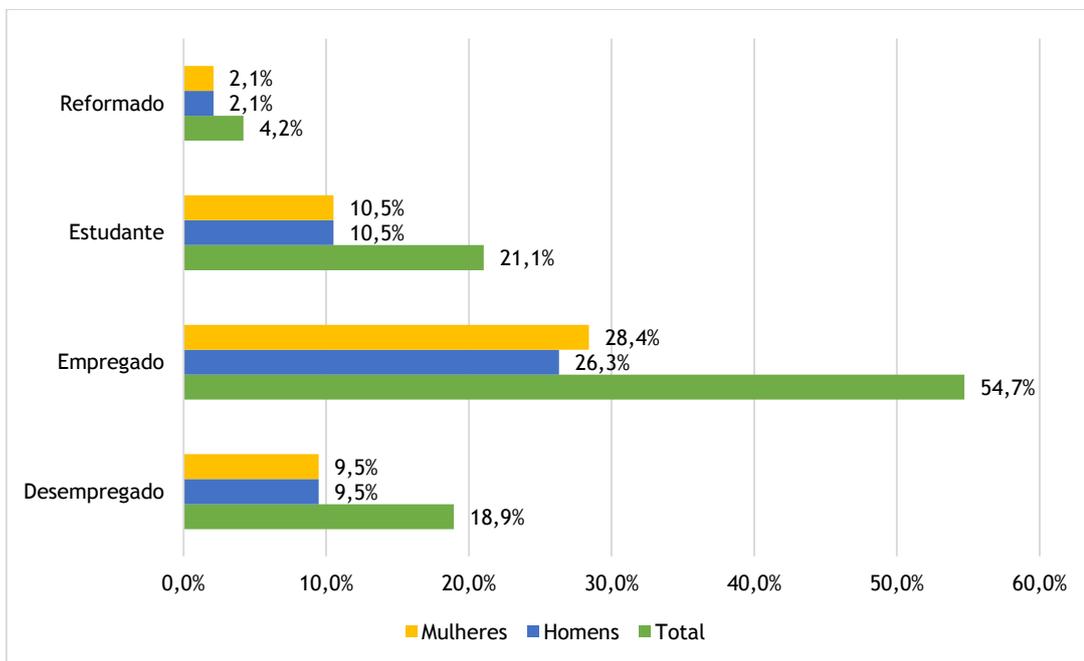
Em 2011, segundo o INE a taxa de desemprego em Viana do Castelo equivalia a 8,0%. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo, na presente data, existem 89 cidadãos estrangeiros inscritos como desempregados, dos quais 67 correspondem a cidadãos NPT, correspondendo a 0,01% e a 0,08% da população residente no concelho, respetivamente. Se compararmos a taxa de desemprego de cidadãos NPT por sexo, verifica-se que as mulheres têm maior prevalência (56,7%) em comparação com os homens (43,3%), indo de encontro aos dados a nível nacional.

Verificando os dados fornecidos pelos inquiridos (Gráfico 15), a taxa de desemprego entre os mesmos é de 18,9%, muito semelhante ao nível para os estrangeiros em Portugal de 18,6%², distribuindo-se, neste

² Censos 2011, INE in Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2014

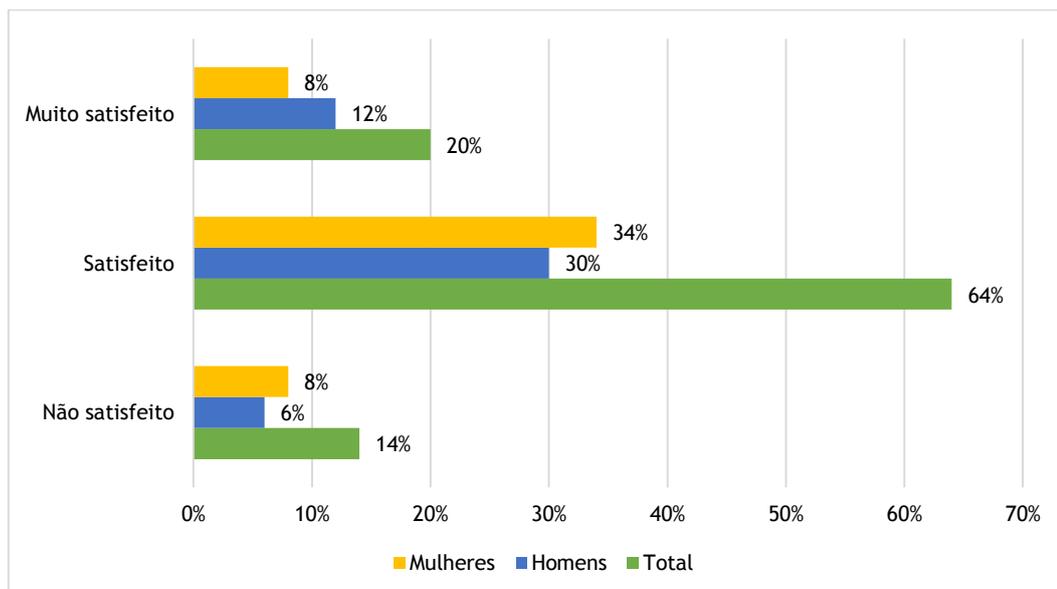
caso, de igual forma para homens e mulheres. Dos restantes, 54,7% está em *situação de emprego*, 21,1% é *estudante* e 4,2% está *reformado*.

Gráfico 15 - Distribuição da situação profissional dos inquiridos



Os cidadãos que responderam ao questionário em situação de emprego, em geral, e como se observa no Gráfico 16, encontram-se *satisfeitos* com a profissão que exercem (64%) e 20% *muito satisfeitos*. Não obstante, ainda existem 14% *não satisfeitos*.

Gráfico 16 - Distribuição do grau de satisfação dos inquiridos relativamente à profissão que exerce



Na Tabela 2 faz-se a comparação da distribuição por grupos profissionais, da classificação portuguesa das profissões, entre cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e os inquiridos no concelho de Viana do Castelo. Apesar de 41,5% dos cidadãos estrangeiros em Portugal possuírem mais de 12 anos de escolaridade, o perfil dos mesmos em Portugal está ligado a atividades de baixa qualificação, concentrando-se o maior número nos grupos profissionais 5, 7 e 9 (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2014). Nos cidadãos NPT inquiridos verifica-se, por um lado, também, uma elevada concentração nesses grupos profissionais mas, por outro lado, maior percentagem de população empregada em grupos profissionais de tipo (1 e 2). Observa-se, ainda, a ausência de cidadãos NPT empregados em alguns grupos profissionais (0, 4 e 6).

Tabela 2 - Comparação da distribuição por grupos profissionais entre os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e os inquiridos no concelho de Viana do Castelo

| Grupos profissionais (Classificação Portuguesa das Profissões - CPP, 2010) | | Total de estrangeiros em Portugal* | Total de NPT Inquiridos no concelho de Viana do Castelo ** |
|---|---|------------------------------------|---|
| 0 | Profissões das forças armadas | 0,1% | 0,0% |
| 1 | Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos | 5,2% | 12,0% |
| 2 | Especialistas das atividades intelectuais e científicas | 7,9% | 18,0% |
| 3 | Técnicos e profissões de nível intermédio | 5,1% | 2,0% |
| 4 | Pessoal administrativo | 4,1% | 0,0% |
| 5 | Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores | 25,5% | 46,0% |
| 6 | Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta | 3,5% | 0,0% |
| 7 | Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices | 17,3% | 10,0% |
| 8 | Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem | 4,6% | 2,0% |
| 9 | Trabalhadores não qualificados | 26,7% | 10,0% |
| | Total % | 100% | 100% |

* Fonte: Censos 2011, INE in Oliveira, C. R. e Gomes, N, 2014

** Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Na Tabela 3 faz-se a comparação, entre o país de origem e Portugal, relativa à distribuição dos inquiridos por grupos profissionais da CPP.

Considerando aqueles que tinham uma atividade profissional no seu país de origem, a maior parte dos inquiridos inseria-se no grupo 2 “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” (27,4 %), enquanto 12% se inseria no grupo 5 “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” e 7% no grupo 7 “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”. De acordo com a mesma tabela, 28% dos inquiridos era estudante no país de origem.

Quando se compara com a situação em Portugal, verificam-se diferenças relevantes, em particular no grupo 2, onde se observa uma perda de 17,9%, e no grupo 5 onde há um ganho de 12,6%. Portanto, há

uma deslocação de profissionais de topo para profissionais de baixa qualificação, em particular, no caso das mulheres.

De salientar, também, o aumento do número de desempregados em 6%.

Tabela 3 - Distribuição dos inquiridos por grupos profissionais no país de origem e em Portugal

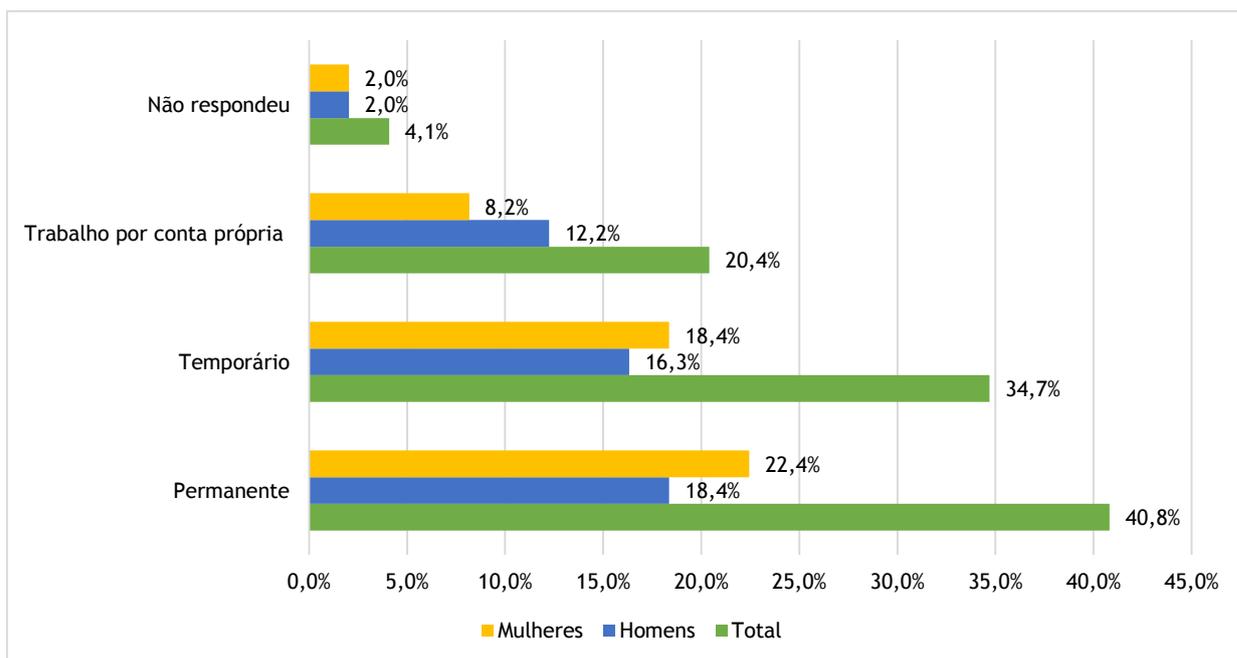
| Grupos profissionais | País de origem | | | Portugal | | | Variação | | |
|----------------------|----------------|-----|-----|----------|-------|-------|----------|-------|--------|
| | Total | M | F | Total | M | F | Total | M | F |
| 0 | 2% | 2% | 0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | -2,1% | -2,1% | 0,0% |
| 1 | 3% | 1% | 2% | 6,3% | 4,2% | 2,1% | 3,2% | 3,2% | 0,0% |
| 2 | 27% | 8% | 19% | 9,5% | 3,2% | 6,3% | -17,9% | -5,3% | -12,6% |
| 3 | 0% | 0% | 0% | 1,1% | 0,0% | 1,1% | 1,1% | 0,0% | 1,1% |
| 4 | 3% | 2% | 1% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | -3,2% | -2,1% | -1,1% |
| 5 | 12% | 7% | 4% | 24,2% | 12,6% | 11,6% | 12,6% | 5,3% | 7,4% |
| 6 | 0% | 0% | 0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| 7 | 7% | 6% | 1% | 5,3% | 5,3% | 0,0% | -2,1% | -1,1% | -1,1% |
| 8 | 4% | 4% | 0% | 1,1% | 1,1% | 0,0% | -3,2% | -3,2% | 0,0% |
| 9 | 5% | 0% | 5% | 5,3% | 0,0% | 5,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Desempregado | 0% | 0% | 0% | 6,3% | 4,2% | 2,1% | 6,3% | 4,2% | 2,1% |
| Estudante | 28% | 14% | 15% | 21,1% | 10,5% | 10,5% | -7,4% | -3,2% | -4,2% |
| Não se aplica | 1% | 0% | 1% | 5,3% | 3,2% | 2,1% | 4,2% | 3,2% | 1,1% |
| Não responde | 6% | 3% | 3% | 14,7% | 4,2% | 10,5% | 8,4% | 1,1% | 7,4% |

Grupos profissionais (CPP 2010) – INE, 2011: 1) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; 2) Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3) Técnicos e profissões de nível intermédio; 4) Pessoal administrativo; 5) Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 6) Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; 7) Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; 8) Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; 9) Trabalhadores não qualificados

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

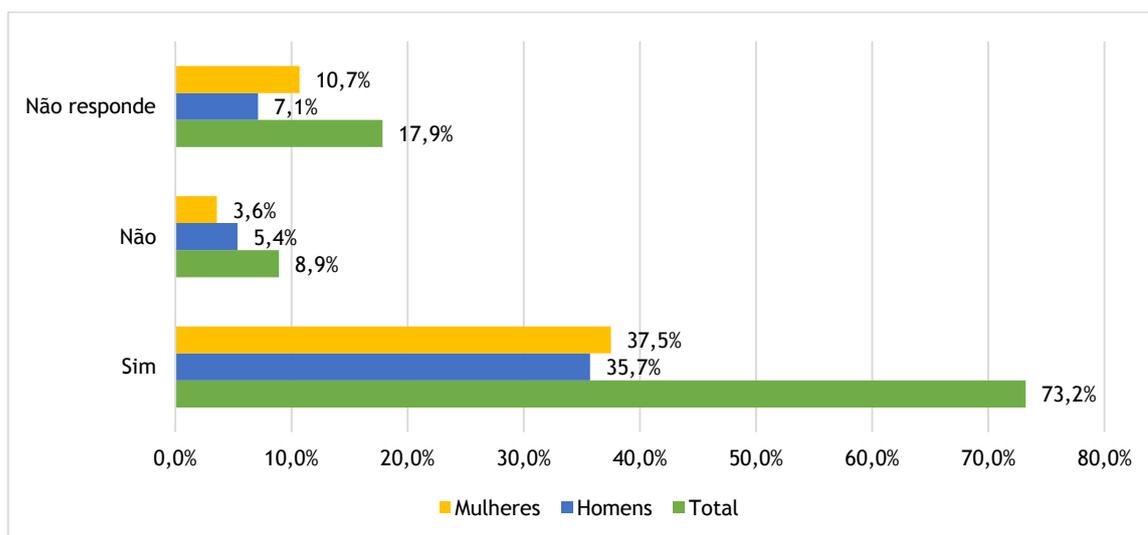
Dos cidadãos NPT inquiridos em situação de emprego, e conforme se pode verificar no Gráfico 17, há 40,8% de inquiridos que possui *contrato de trabalho permanente*, 34,7% são *trabalhadores temporários* e 20,4% *trabalham por conta própria*. As mulheres têm uma situação de emprego mais estável, pois 22,4% têm contrato de trabalho permanente, em comparação com os 18,4% no caso dos homens. No caso de cidadãos que trabalham por conta própria, a percentagem referente aos cidadãos inquiridos é superior à da média para os estrangeiros em Portugal (12,1%, segundo dados dos Censos 2011 *cit. por* Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2014).

Gráfico 17 - Distribuição do tipo de contrato de trabalho dos cidadãos NPT inquiridos



Pela leitura do Gráfico 18, verifica-se que 73,2% dos inquiridos considera o seu *salário ao nível do dos portugueses*, enquanto 8,9% dos inquiridos que considera que *não* e 10,7% *não respondeu*. Em relação a esta questão, e no geral, as mulheres estão mais satisfeitas que os homens.

Gráfico 18 – Distribuição da satisfação dos inquiridos relativamente ao salário face ao dos portugueses



A médio/longo prazo, 51,6% dos inquiridos pretende *manter-se em Portugal*, enquanto 16,8% diz pensar *regressar ao país* e 28,4% *não ter ainda planos definidos* (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição dos planos a médio/longo prazo dos inquiridos

| Planos a médio/longo prazo | |
|----------------------------|-------|
| Ainda não definidos | 28,4% |
| Ficar Portugal | 51,6% |
| Regressar país | 16,8% |
| Não respondeu | 3,2% |

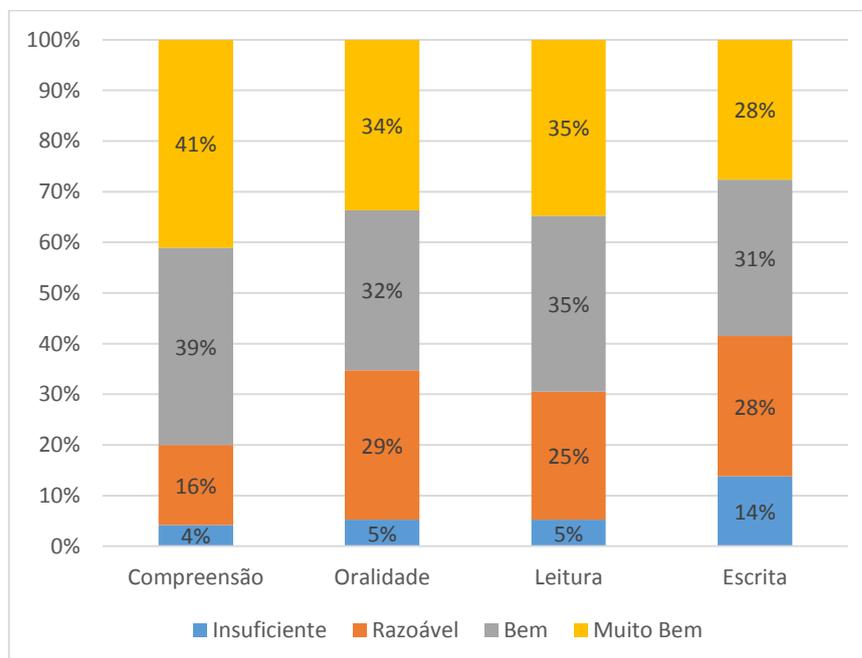
Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Educação e Língua

Apesar dos cidadãos inquiridos terem apontado como principal dificuldade na adaptação a Portugal a língua, e a terem considerado o fator mais importante para a integração no país, não referiram grandes dificuldades no domínio da mesma. Tendo em consideração que 41% dos cidadãos NPT tem origem em países de língua oficial portuguesa, justifica-se este facto. De acordo com o Gráfico 19, as maiores dificuldades centram-se na expressão escrita.

Não obstante, a questão da língua também foi identificada, por parte de algumas instituições que prestam serviços de acolhimento, como sendo fundamental para melhor promoção da autonomização.

Gráfico 19 - Distribuição do domínio da língua portuguesa pelos inquiridos



Entre os cidadãos inquiridos há 13 línguas maternas (Gráfico 20), das quais se destaca o português (25%), o russo (18%) e o crioulo (16%), de acordo, também, com a origem dos cidadãos NPT.

Como mostra o Gráfico 21, os cidadãos inquiridos e que não têm como língua materna o português, na sua maioria não fala português em casa. Provavelmente, pela facilidade de expressão e para manterem ligação às suas raízes.

Gráfico 20 - Distribuição das línguas maternas existentes entre os inquiridos

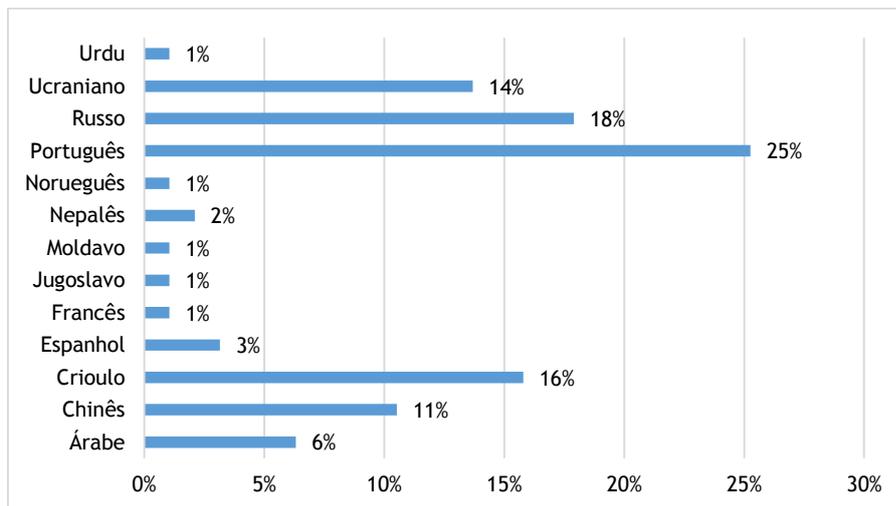


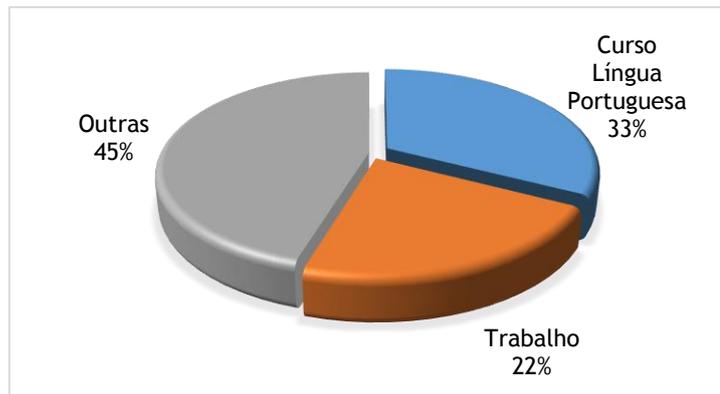
Gráfico 21 - Distribuição dos cidadãos inquiridos que não têm como língua materna o português e que o falam em casa



Capacitação e Formação

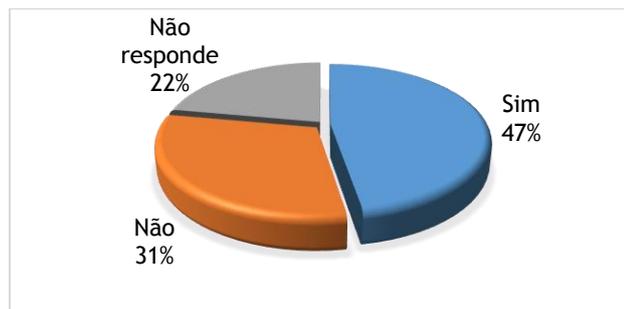
A existência de oportunidades de formação em língua portuguesa para cidadãos estrangeiros é importante para mais rapidamente se diminuïrem fatores de vulnerabilidade à integração dos mesmos. De entre os cidadãos inquiridos, 33% referiu que *aprendeu a língua portuguesa em curso de formação* e 22% referiu *no trabalho* (mostrando a importância das relações sociais para a integração). A percentagem de inquiridos que respondeu *outras* corresponde a cidadãos com origem em países de língua oficial portuguesa e que aprenderam a língua na escola.

Gráfico 22 - Distribuição dos locais onde os cidadãos estrangeiros aprenderam português



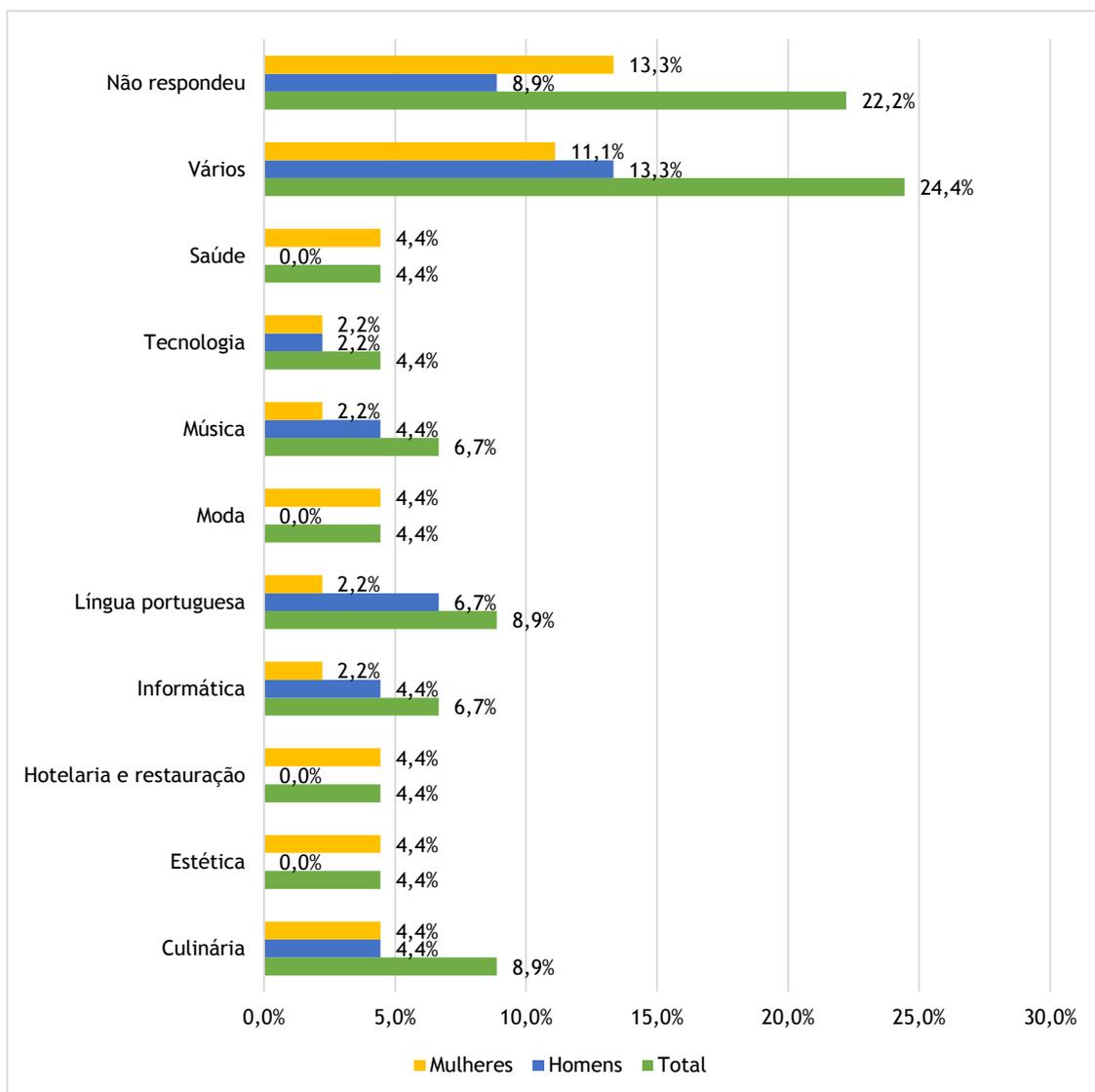
Relativamente ao interesse em frequentar cursos de formação, quase metade dos inquiridos respondeu *sim* (47%), 31% respondeu *não* e 22% não respondeu (Gráfico 23). Significando, portanto, que a formação é considerada importante para aumentar o leque de competências individuais.

Gráfico 23 - Distribuição do interesse em frequentar cursos de formação por parte dos inquiridos



As áreas de interesse para a formação mencionadas para os inquiridos são diversificadas e estão enumeradas no gráfico abaixo (Gráfico 24), sendo a culinária e a língua portuguesa as mais desejadas. Em vários foram referidas: *agricultura, artes plásticas, decoração, fotografia, inglês, montagem de pladur, soldadura e mecânica.*

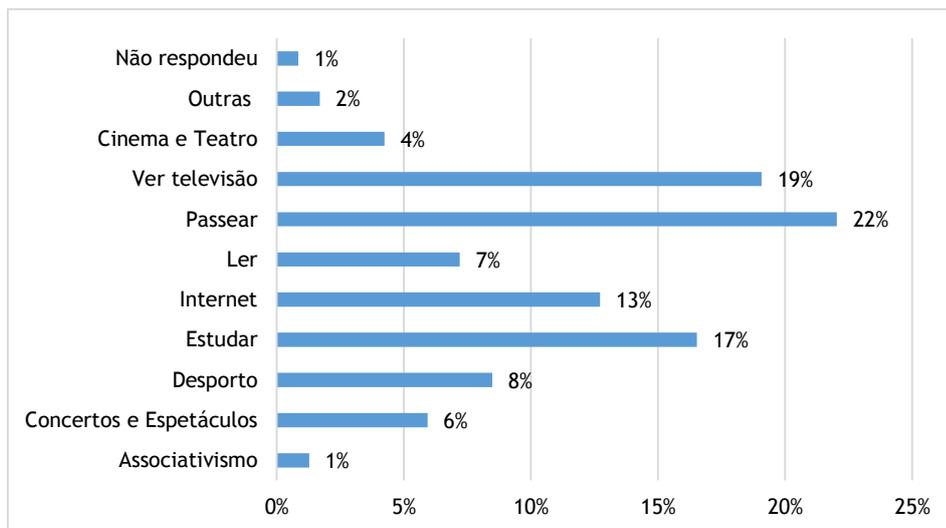
Gráfico 24 - Áreas de interesse para cursos de formação, por parte dos inquiridos



Cultura

Os tempos livres dos cidadãos inquiridos são, maioritariamente, *passar* (22%), *ver televisão* (19%) e *estudar* (17%). De realçar que apenas 1% dos inquiridos se dedica ao *associativismo* e que uma percentagem relativamente pequena *participa em atividades de âmbito cultural*.

Gráfico 25 - distribuição das atividades praticadas nos tempos livres pelos inquiridos



Observando, também, os gráficos seguintes (Gráfico 26 e Gráfico 27) verifica-se que os cidadãos inquiridos não têm por hábito participar quer em eventos organizados pela comunidade de origem quer pela de acolhimento.

Gráfico 26 – Distribuição da participação dos inquiridos em festas da comunidade de origem

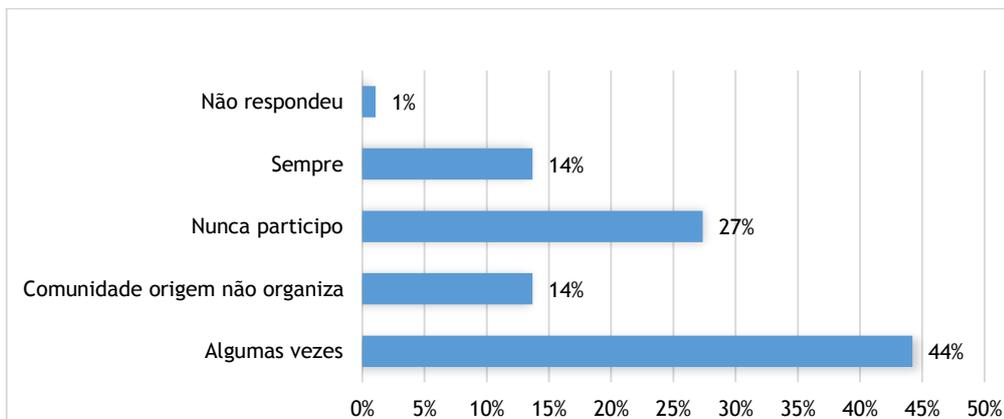
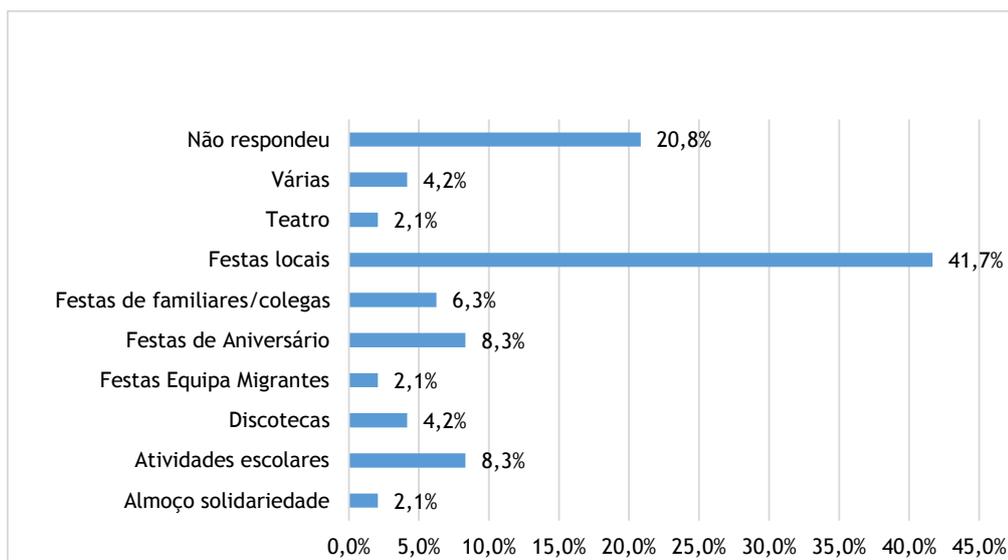
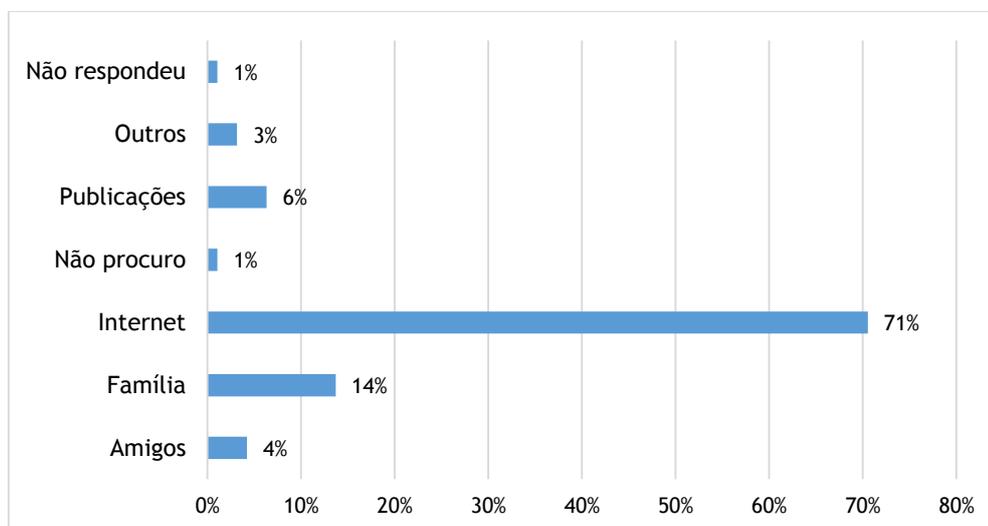


Gráfico 27 – Distribuição da participação dos inquiridos em eventos organizados por portugueses



O meio através do qual a maioria dos cidadãos inquiridos obtém informações sobre o seu país de origem (Gráfico 28) é a *Internet* (71%), seguido da *família* (14%)

Gráfico 28 - Formas de saber notícias sobre o país de origem dos inquiridos



Cidadania e participação cívica

Dos cidadãos inquiridos elegíveis para votar³ (35% do total de inquiridos), 27,3% afirmou estar *recenseado* para votar, 66,7% referiu *não estar* e 6,1% *não respondeu*, conforme Tabela 5. De acordo com os dados do Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2014), o número de cidadãos NPT recenseados para votar, por total de NPT residentes elegíveis para votar em eleições locais, diminuiu; em

³ Recenseados e oriundos de Estados Membros da União Europeia; Brasil e Cabo Verde; Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela. (Declaração n.º 4/2013, de 24 de junho)

2011, era de apenas de 12,9%. Como tal, do universo dos cidadãos inquiridos há maior percentagem de recenseados relativamente à média nacional.

Tabela 5 - Distribuição do número de cidadãos recenseados para votar

| | |
|--|-------|
| | |
| | 27,3% |
| | 66,7% |
| | 6,1% |

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

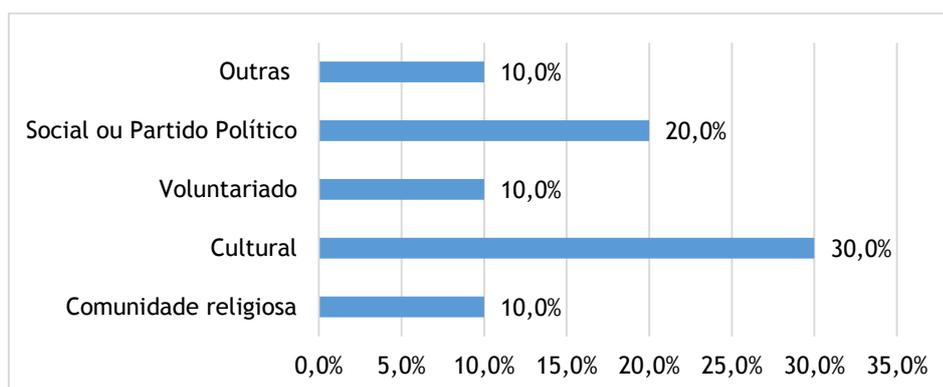
A informação que obtivemos sobre a filiação política e sindical dos cidadãos residentes de países terceiros é praticamente inexistente, depois de analisados os resultados dos questionários, os dados Censos e do SEF e de contactadas as Juntas de Freguesia.

O associativismo é uma forma das pessoas estabelecerem relações, de se aproximarem e de se organizarem para um objetivo comum. Por sua vez, as associações de imigrantes desempenham uma função importante no acolhimento e integração dos imigrantes. Dos cidadãos inquiridos apenas 10,5% referiu pertencer a uma associação (Tabela 6) e, na sua maioria, de âmbito cultural (Gráfico 29) sediadas no concelho de Viana do Castelo. Verificou-se não existir qualquer associação de imigrantes no concelho.

Tabela 6 – Número de cidadãos inquiridos pertencentes a uma associação

| | |
|--|-------|
| | |
| | 10,5% |
| | 86,3% |
| | 3,2% |

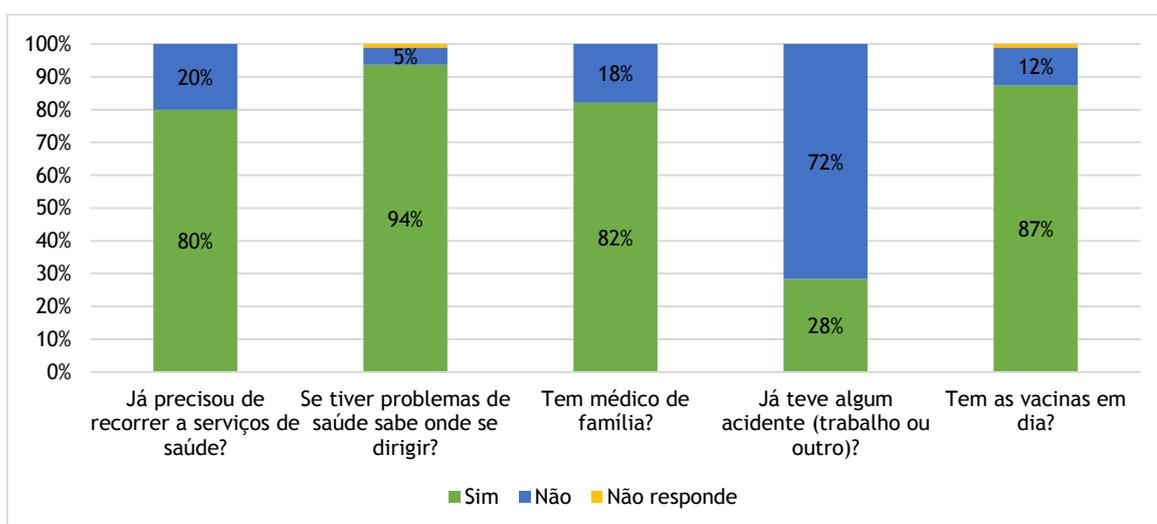
Gráfico 29- Distribuição do âmbito das associações a que pertencem os inquiridos



Saúde

No âmbito da saúde, foram levantadas questões, essencialmente, por mulheres da comunidade chinesa, relacionadas com dificuldades na orientação e comunicação durante a maternidade. Verificou-se, também (Gráfico 30), que 12% dos inquiridos *não tem as vacinas em dia*. À parte disso, não se registaram muitas dificuldades. Do total dos inquiridos 82% *tem médico de família* e 94% *sabe onde dirigir-se no caso de ter algum problema de saúde*.

Gráfico 30 – Distribuição dos dados relativos à saúde dos inquiridos

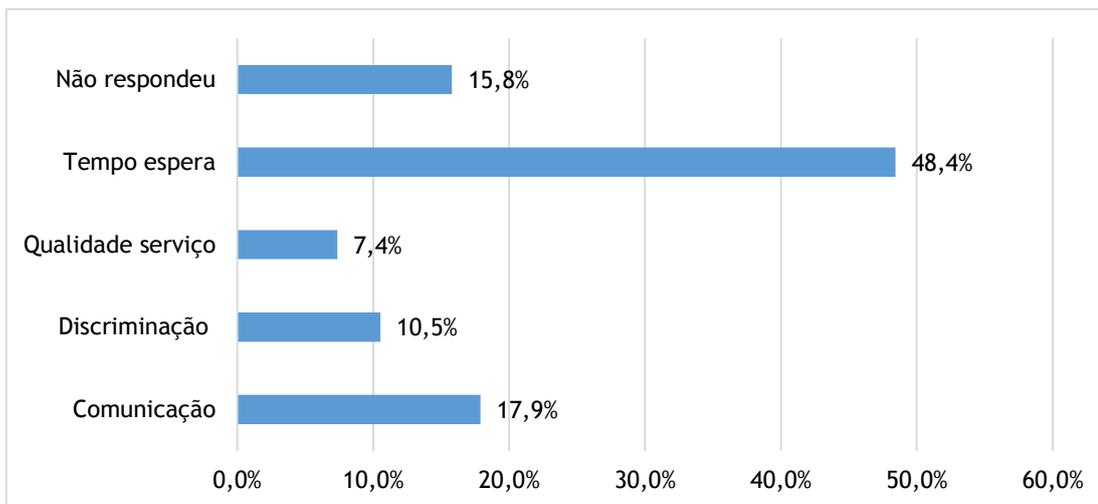


Racismo e discriminação

Os resultados do inquérito por questionário demonstram que há 10,5% de cidadãos inquiridos que revelam ter alguma vez sentido discriminação nos serviços públicos. Ainda, e a respeito das principais dificuldades na adaptação a Portugal, 8% dos inquiridos referiram que também a discriminação é uma dificuldade para a integração e adaptação.

Na auscultação realizada no *1º Círculo de Imigrantes*, e no que concerne a preocupações ou necessidades sentidas nesta área, os condicionalismos verificados pela idade na procura e obtenção de trabalho foi igualmente sinalizada, podendo ser esta outra forma de discriminação. E com alguns alunos, nomeadamente do ensino básico e secundário, foram auscultadas algumas situações de sentimento de separação ou discriminação, que apesar de não fundamentadas, valeria a pena averiguar.

Gráfico 31 – Distribuição das principais dificuldades sentidas nos serviços públicos portugueses pelos inquiridos



Solidariedade e resposta social

No concelho de Viana do Castelo, todas as entidades que trabalham no âmbito da Intervenção Social, abrangem a população imigrante aqui residente, apesar de não existirem serviços específicos de apoio social à população imigrante, para além do CLAII e da Cáritas Diocesana.

Dos dados recolhidos junto às instituições (ISS-IP, GAF, CLAII e EPMVC) quanto à existência de situações de carência económica de imigrantes no município, é de salientar que há uma percentagem baixa de cidadãos NPT em situação de carência económica, principalmente encontrada entre cidadãos providos da Ucrânia, Roménia, Cabo Verde e Rússia. Entre os apoios prestados, e segundo dados do ISS, IP, destacam-se 10 agregados que recebem rendimento social de inserção. Ainda assim, há 32,6% de inquiridos que referem já ter recebido algum tipo de apoio social (Tabela 7).

A nível municipal encontramos alguns projetos ou iniciativas pontuais e específicas que vão ao encontro do colmatar destas situações de carência económica das populações imigrantes. Entre elas, podemos referir os apoios e serviços disponibilizados pela Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo (DAS), pela inscrição nos pedidos de Habitação Social, pela Ação Social Escolar, pelo Apoio em Vales Sociais, entre outros. O GAF disponibiliza apoio, nomeadamente, no *Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica*, na *Casa abrigo*, pelo *Protocolo RSI*, entre outros, e através de *Acompanhamento na procura ativa de emprego* e na *Disponibilização de recursos para suprir necessidades básicas*, na *Intervenção em crise* e no acompanhamento social, psicológico e jurídico.

Por sua vez, a Cáritas Diocesana garante, desde 2003, informação e encaminhamento aos cidadãos NPT através do CLAII. Na Cáritas Diocesana, os cidadãos NPT beneficiam, à semelhança dos cidadãos nacionais, de pagamento de despesas domésticas (água, eletricidade e gás), da atribuição de géneros alimentícios, roupa e calçado, do pagamento de consultas médicas, próteses, medicamentos, etc.; de apoio na melhoria das condições de habitabilidade, colaborando na reconstrução de casas e atribuindo peças de uso doméstico indispensável. Em 2014, o CLAII de Viana realizou 406 atendimentos, sendo abordadas questões diversas, maioritariamente sobre educação, apoio na procura de emprego, apoio social e legalização.

Tabela 7 - Distribuição do número de inquiridos que já recebeu apoio social

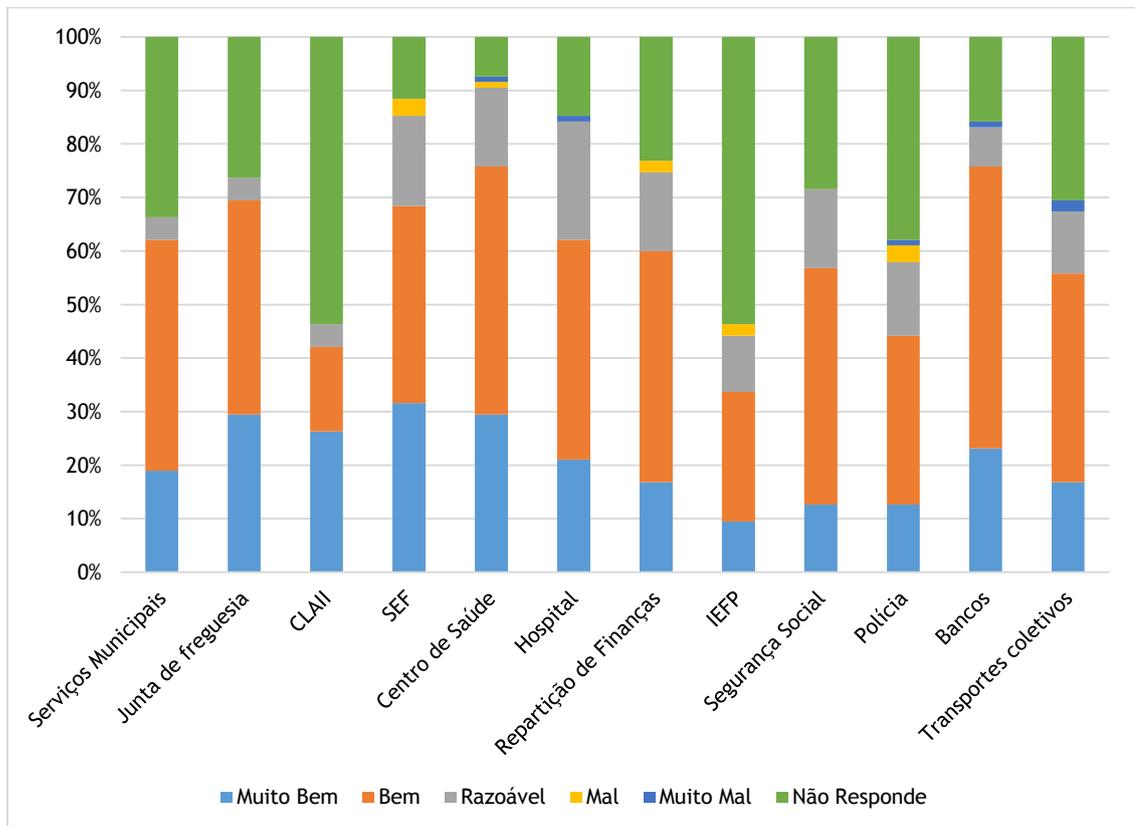
| | |
|--|-------|
| | |
| | 32,6% |
| | 60,0% |
| | 7,4% |

Tabela 8 - Distribuição dos inquiridos que fazem descontos para a Segurança Social

| | |
|--|-------|
| | |
| | 88,9% |
| | 0,0% |
| | 11,1% |

De acordo com o Gráfico 32, a maioria dos inquiridos considera-se *bem* atendido nos serviços portugueses. O *SEF*, a *Junta de freguesia*, o *Centro de saúde* e o *CLAI* foram os principais serviços apontados como os que atendem *muito bem*.

Gráfico 32 - Distribuição do grau de satisfação dos inquiridos relativamente aos serviços portugueses



Relações Internacionais

No que diz respeito a Relações Internacionais, o município desenvolve uma política de cooperação internacional, desde 1982, com a oficialização da primeira gemação, com a cidade francesa de Riom, no Departamento de Puy de Dôme, onde se concentra uma numerosa comunidade portuguesa. Esta política afirmou-se com a consagração de outras 15 gemações, em países como a Guiné-Bissau (Cacheu), Senegal (Ziguinchor), Reino Unido (Lancaster), Espanha (Lugo), Brasil (Itajai, Porto Seguro, Igarassu, Cabedelo, Alagoas e Viana), Cabo Verde (Ribeira Grande, ilha de Santo Antão), França (Hendaye e Pessac), e finalmente Moçambique (Matola). Dezasseis cidades geminadas, a maior parte (10, ou seja 63%) em países de origem dos NPT.

Os projetos desenvolvidos refletem objetivos culturais, sociais, económicos e de educação.

Existe um Gabinete de gestão das relações internacionais e cooperação, o Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação (GRIC), cujas principais competências passam pela dinamização e monitorização das relações com as cidades geminadas, o desenvolvimento, no Município e nestas cidades, de atividades de promoção das mesmas e de interculturalidade e intercâmbio de cidadãos e suas organizações sociais e culturais.

Media e Sensibilização da Opinião Pública

No que se refere ao concelho de Viana do Castelo, não existe ainda um plano de ação que contemple esta área direcionado aos cidadãos NPT. No entanto, verificam-se, pontualmente, alguns registos e eventos dedicados a este tema como é o caso de iniciativas de sensibilização da opinião pública para os assuntos da imigração e da diversidade cultural promovidas, principalmente, pelo GRIC, pela Associação dos Grupos Folclóricos do Alto Minho e pela Ao Norte.

Religião

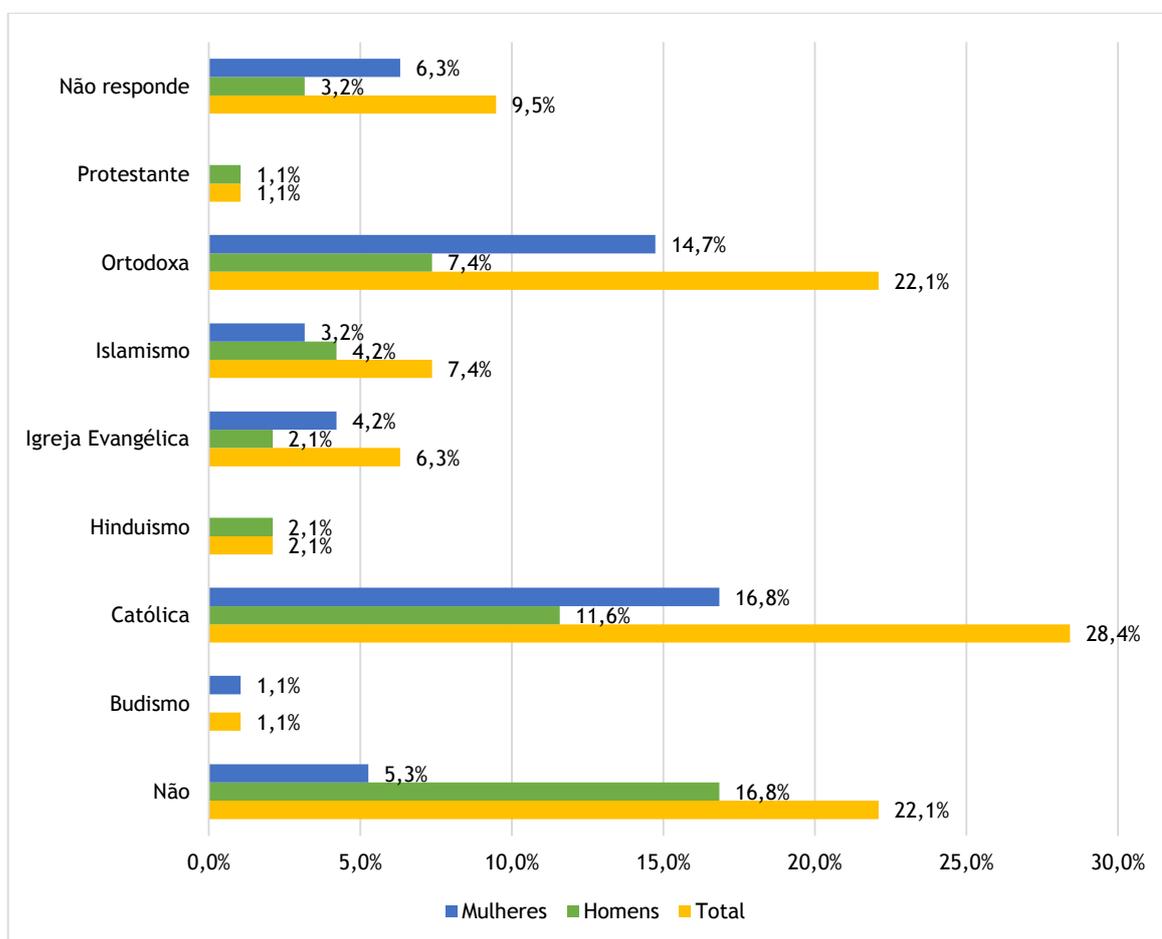
Em Portugal, onde predomina a religião católica romana, a convivência religiosa é pacífica, coexistindo diversos religiões e cultos. A interação entre indivíduos de comunidades de diferentes credos (sobretudo entre os credos cristãos e não-cristãos) poderá ser uma realidade não muito expressiva, mas provavelmente por razões de âmbito mais vasto – étnico, cultural ou social – e não especificamente religioso. A recente vaga imigratória terá, neste campo, contribuído para uma maior diversidade religiosa, designadamente pelo crescimento das comunidades islâmica, hindu, budista e ortodoxa, para além de outros cultos cristãos.

Foram mencionadas sete religiões diferentes pelos inquiridos (Gráfico 33): católica, ortodoxa, islamismo, budismo, hinduísmo, igreja evangélica e protestante. A religião católica aparece como sendo a mais representada (28,4%), destacando-se as comunidades do Brasil e de Cabo Verde.

Também no que respeita à Igreja Católica se registou uma maior diversidade cultural ao nível dos fiéis. No caso das comunidades de Leste, existe um sacerdote para assistir espiritualmente a esta nova comunidade. A Diocese de Viana do Castelo cedeu uma Igreja, Capela de Stº André, à Igreja Católica Ortodoxa Patriarcado de Constantinopla.

Como tal, quase todos os inquiridos consideraram haver condições para a prática da sua religião. Os que não consideraram praticam o islamismo, o hinduísmo e o budismo, visto não haver espaços de culto adequados.

Gráfico 33 - Distribuição das religiões existentes entre os inquiridos



Desporto e Lazer

No que se refere às atividades desportivas, percebemos, pelos dados recolhidos junto dos clubes desportivos e pelo inquérito por questionário aplicado, tal como demonstram os gráficos 25, 26 e 27, que os cidadãos inquiridos dedicam

relativamente pouco tempo a questões ligadas ao *desporto* e *lazer* e que não têm o hábito de participar em festas quer organizadas pela sua comunidade de origem quer pela comunidade local.

O Município de Viana do Castelo, tendo aderido, em 1997, ao movimento das Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS), tem vindo a trabalhar a temática das migrações no âmbito da promoção da saúde e, como tal, juntamente com o CLAI, tem promovido um conjunto de eventos culturais, recreativos e de lazer destinado ao acolhimento e integração dos imigrantes. No entanto, o nível de participação dos NPT nestes eventos é bastante baixo. Daí que, não constando esta área da estrutura do Plano, entendemos acrescentá-la, no sentido de se pensarem medidas que possam mobilizar os cidadãos NPT e integrá-los pela via do desporto e do lazer.

PMIIVC

O concelho de Viana do Castelo, com uma população de 88.725 habitantes (Censos, 2011) é, atualmente, constituído por 27 freguesias, sendo uma região caracterizada pela hospitalidade, pela diversidade e pelas tradições.

Pela sua particular situação geográfica, rio, mar e monte, e próxima da fronteira com a Espanha, Viana do Castelo sempre foi terra de alguma oscilação demográfica. Acolhedora, por natureza, destes movimentos e da diversidade por eles gerada, pode ainda, e a nosso ver, potenciar os seus atributos e crescer na integração pela Interculturalidade.

Seguindo a tendência do país que, durante séculos, se caracterizou por ser um país de emigrantes, também o concelho de Viana do Castelo sente as marcas deste movimento, sobretudo no que se refere às freguesias do interior e de montanha, que foram perdendo população, muito por via dos fluxos migratórios. Contudo, e a par do que se verifica ao nível nacional, embora com menor expressão, no final do século XX e princípio do século XXI, tornou-se também local de destino de população estrangeira, oriunda dos países lusófonos, do Brasil e de países de leste.

Consciente dos impactos que os movimentos migratórios têm nos territórios, seja ao nível social, económico, de saúde ou, até, político, os governos locais com maior ou menor relevância têm colocado este fenómeno na agenda política e traçado algumas estratégias de acolhimento e integração desta população.

O concelho de Viana do Castelo, tal como atrás se referiu, não sendo marcadamente um território de destino de imigrantes, acolhe, contudo, um número relativamente expressivo de nacionais de países terceiros, que, pela diversidade de nações que representam e conseqüente diversidade cultural, desde 2003, tem vindo a desenvolver uma política de acolhimento direcionada a esta população centrada, sobretudo, em duas vertentes:

1. Atendimento, informação e apoio em todo o processo do acolhimento e integração dos imigrantes, através do CLAII, que está integrado na Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e na Rede CLAII do ACM;
2. Desenvolvimento, pelo Município, de programas, projetos e atividades culturais e de lazer, no âmbito do projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável”.

Nestes termos, o PMIIVC é um documento que pretende servir de orientação à política local de integração dos cidadãos NPT, abarcando as questões de emprego, suporte social, saúde, cultura e lazer, entre outros, com o principal objetivo de promover a integração, participação, igualdade e coesão social desta população na comunidade local.

Desenvolver sentimentos de confiança, equilíbrio e segurança, bem como criar mecanismos facilitadores para a vida quotidiana desta população é a finalidade das medidas propostas no Plano, que se articulará com outros instrumentos de apoio à decisão, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento em Saúde (PDS), a elaborar para o período 2016-2020, no âmbito da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS. De referir que no PDS 2007-2015, a questão das migrações foi considerada como uma das prioridades de intervenção pelo Município de Viana do Castelo em razão do compromisso assumido com a OMS que, dado o grande fluxo migratório que estava a acontecer um pouco por toda a Europa, no início do século XXI, com consequentes impactos a vários níveis, nomeadamente ao nível da saúde, incentivou os municípios a colocarem as migrações na agenda política local. Neste contexto, o Município de Viana do Castelo, em 2007, constituiu um grupo de trabalho com representantes do próprio município (Gabinete Cidade Saudável – GCS, GRIC e Gabinete de Apoio ao Emigrante - GAE), do CLAII, da Cáritas Diocesana, das Escolas Secundárias de Monserrate e de Santa Maria Maior, do GAF, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – ESS-IPVC, e mais recentemente, da Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau - ACGB, designado “Equipa dos Migrantes”, com o objetivo de desenvolver programas e projetos destinados à integração da população imigrante na comunidade local.

Embora a população imigrante não tenha sido considerada nos eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social e da Saúde 2013-2016 (PDSS), da Rede Social do concelho de Viana do Castelo, por representar um peso relativamente baixo (cerca de 1,2%), em relação à população total do concelho, merecerá, contudo, especial atenção no próximo plano da Rede Social, em consequência das medidas agora definidas no PMIIVC.

Neste contexto, o PMIIVC consubstancia-se na oportunidade do Município não só poder consolidar e dar continuidade à sua política local de integração como também criar e apoiar medidas sustentáveis de promoção de igualdade de oportunidade desta população ao nível do emprego, formação e capacitação,

educação, saúde, respostas sociais, cultura, cidadania, entre outras áreas fundamentais para a efetiva integração dos cidadãos NPT na comunidade local.

Assim, o PMIIVC, enquanto documento orientador da política local de acolhimento e integração dos cidadãos NPT, que chegam, residem ou pretendam fixar-se no concelho, agrega um conjunto de medidas que visa responder às necessidades desta população, identificadas no diagnóstico local e que consideramos fundamentais para a sua integração efetiva na comunidade de acolhimento.

Com base num trabalho conjunto entre o Município, as Instituições Públicas locais e os setores associativo e privado, foram definidas 71 medidas, assentes, principalmente, nos eixos 1 e 2 do PEM, distribuídas pelas 12 áreas de intervenção que a seguir se indicam:

1. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
2. Educação e Língua;
3. Capacitação e Formação;
4. Cultura;
5. Cidadania e Participação Cívica;
6. Serviços de Acolhimento e Integração;
7. Saúde
8. Solidariedade e resposta Social
9. *Media* e Sensibilização da Opinião Pública;
10. Racismo e Discriminação
11. Relações Internacionais;
12. Desporto e Lazer.

De referir que o PMIIVC contempla duas dimensões: a dimensão estratégica e a dimensão operacional, onde são descritos objetivos estratégicos e específicos, indicadores e metas, com base nos contributos dos vários parceiros locais, os quais, com o apoio do Município, assumem o compromisso da operacionalização das diferentes medidas.

2.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O PMIIVC está orientado para dar resposta às vulnerabilidades verificadas no diagnóstico local. Contudo, muito embora se tenham definido objetivos estratégicos gerais para doze áreas de intervenção, a dimensão estratégica deste plano centra-se nas áreas “*Mercado de Trabalho e Empreendedorismo*”, “*Cultura*”, “*Cidadania e Participação Cívica*”, “*Acolhimento e Integração*” e “*Desporto e Lazer*”, por se considerar que são as áreas que mais contribuem para o fomento da coesão social, do diálogo intercultural e do sentimento de pertença, essenciais para garantir a dignidade humana e fundamentais para a concretização efetiva das políticas de acolhimento e integração dos cidadãos NPT. Conduzir ao aumento da taxa de empregabilidade dos NPT; incrementar os níveis de conhecimento e o domínio da língua portuguesa; criar condições para o aumento da formação e capacitação, promover a aquisição de

novas competências, assim como potenciar e reforçar relações dos cidadãos NPT com a comunidade de acolhimento, são também propósitos deste Plano.

Neste contexto, as estratégias definidas no sentido de se atingirem os objetivos propostos, passam, em grande medida, pela aposta na criação de mecanismos de informação, comunicação e divulgação, com vista à mobilização e ao incentivo à participação, quer da comunidade imigrante em geral e cidadãos NPT, em particular, quer da comunidade de acolhimento, dado o necessário envolvimento destes cidadãos no PMIIVC. Assim, consideramos fundamental a definição de uma estratégia de comunicação consistente e que agregue todos os agentes em torno de um objetivo comum, de forma a atingir os diversos públicos (NPT, parceiros e comunidade em geral) e com vista à promoção e consolidação da identidade do PMIIVC, bem como à publicação e difusão dos seus propósitos.

Atendendo a que o conhecimento sobre a comunidade de NPT em Viana do Castelo está baseado na análise de resultados de um questionário, em dados estatísticos e dados fornecidos por entidades parceiras do projeto, torna-se prioritário criar uma base de dados, que permita concentrar toda a informação num local único e que posteriormente permita estabelecer contactos próximos e diretos, não só com os membros dessa comunidade imigrante, como também da sua comunidade envolvente (familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho).

Ou seja, a prioridade é o mapeamento real da comunidade de imigrantes em Viana do Castelo e a concentração da informação num único local, partilhado pela rede de parceiros do Plano. Para tal, a Câmara Municipal de Viana do Castelo pretende disponibilizar um “espaço virtual”, que permita aos parceiros disponibilizar informação e atualizá-la de forma sistemática e articulada, através dos seguintes instrumentos:

- Ofícios, circulares e memorandos;
- Relatórios de atividade;
- Agenda cultural;
- Painéis de fixação em locais de encontro ou reunião.

Havendo uma imagem que identifique o projeto, é fundamental que a mesma seja disseminada através dos *media*, da imprensa local, de campanhas de *marketing* direto ou outros meios, canais e suportes que melhor se adequem aos propósitos preconizados. Os meios e suportes a utilizar serão adequados aos segmentos de público a quem se dirige a comunicação e às finalidades das situações e das ações, nomeadamente:

- Imprensa e rádios locais;
- Distribuição em locais públicos (cafés, lojas, instituições) de brochuras ou folhetos com divulgação específica do PMIIVC;
- Investimento em publicidade: *outdoors*, cartazes, *mupis*, etc.;
- Organização de eventos públicos abertos à comunidade envolvente;

- Sítio da Câmara Municipal na *Internet*.

Apresenta-se, de seguida, um quadro-resumo referente à dimensão estratégica do PMIIVC.

Quadro 1 - Resumo da dimensão estratégica do PMIIVC

| | | | |
|--|--|--|--|
| MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO | Aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT. | Variação da taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT. | Aposta na formação em áreas de competências facilitadoras da empregabilidade. Aposta no apoio à criação do próprio negócio. |
| EDUCAÇÃO E LÍNGUA | Aumentar/consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa. | Número de cidadãos NPT que conclui cursos de português básico ou português técnico. | Aumento das oportunidades de aprendizagem formal da língua portuguesa. |
| CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO | Capacitar os cidadãos NPT para o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais. | Número de cidadãos NPT que conclui cursos para o desenvolvimento de competências. | Divulgação de oportunidades de formação no desenvolvimento de competências. |
| CULTURA | Aumentar o número de cidadãos NPT que participa em atividades socioculturais. | Número de cidadãos NPT que participa em atividades culturais. | Criar oportunidades de participação em atividades culturais, artísticas, e associativas desenvolvidas a nível local. |
| | Aumentar e potenciar o número de eventos e/ou ações dedicados ao tema da migração e da interculturalidade. | Número de eventos e ações culturais dedicados ao tema das migrações e interculturalidade. | Promover eventos e ações dedicados ao tema da migração e da Interculturalidade. |
| CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA | Consciencializar para a cidadania global e para o crescimento sustentável. | Número de iniciativas formativas de cariz não formal dirigida a cidadãos NPT. | Criar oportunidades para a consciencialização dos cidadãos NPT no domínio da cidadania. |
| | Potenciar a prática de uma cidadania ativa. | Número de cidadãos NPT que se envolve em iniciativas de cidadania ativa. | Aposta em atividades que promovam a prática de cidadania ativa. |
| SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO | Fomentar a criação de atividades promotoras de diálogo intercultural. | Número de cidadãos que participa nas atividades promotoras do diálogo intercultural. | Criar mecanismos de incentivo à participação. |
| | Garantir o apoio e o acompanhamento especializado ao cidadão NPT. | Número de cidadãos NPT que recorrem às respostas proporcionadas. | Divulgar junto dos cidadãos NPT as respostas existentes no âmbito do acolhimento e integração. |
| | Desenvolver competências facilitadoras da Inclusão Social. | Número de sessões formativas realizadas no âmbito da inclusão social. | Divulgar junto dos cidadãos NPT as ações facilitadoras de inclusão social. |
| SAÚDE | Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado a cidadãos NPT. | Número de profissionais de saúde que participa em ações de capacitação. | Aposta em iniciativas de formação (formal e/ou não formal) de capacitação dos profissionais de saúde. |
| | Facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde. | Número de cidadãos NPT que acede à informação em saúde. | Aposta em canais de divulgação e comunicação que cheguem aos cidadãos NPT. |
| SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL | Facilitar o acesso dos cidadãos NPT às respostas sociais existentes. | Número de NPT que recorre às respostas sociais. | Aposta na informação e divulgação dos recursos existentes na comunidade. |
| | Capacitar os profissionais de solidariedade social para um atendimento especializado. | Número de profissionais abrangidos pela formação. | Incentivar os profissionais de solidariedade social à participação na formação em atendimento especializado. |
| | Aumentar a eficiência no acompanhamento dos cidadãos NPT. | Número de cidadãos NPT que avalia o acompanhamento nos serviços. | Incentivar a colaboração dos cidadãos NPT no processo de avaliação do acompanhamento. |
| MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA | Criar oportunidades de difusão de iniciativas de NPT ou suas organizações ou comunidades. | Número atividade que promovam a informação sobre culturas de países diferentes. | Incentivar os media locais e regionais para a divulgação de notícias relacionadas com as comunidades de NPT. |
| | Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades dos <i>media</i> locais e nacionais. | Número de notícias relacionadas com as comunidades e cidadãos NPT. | Criar mecanismos de comunicação e divulgação sobre questões relacionadas com cidadãos NPT. |
| | Sensibilizar a comunidade de acolhimento para a temática das migrações e da interculturalidade. | Número de cidadãos que participa em atividades de sensibilização sobre a temática das migrações. | Fomentar a participação da comunidade de acolhimento nas atividades de sensibilização. |
| RACISMO E DISCRIMINAÇÃO | Diminuir a discriminação em todas as suas formas. | Número de ações de sensibilização no combate à discriminação em serviços públicos e empresas. | Formar funcionários, empregadores, agentes educativos, em matérias de discriminação. |
| RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Reforçar relações dos NPT com as atividades internacionais da Câmara Municipal e da sociedade civil. | Número de cidadãos NPT envolvidos em atividades de relações internacionais. | Criar e implementar mecanismos de promoção da participação dos cidadãos NPT. |
| DESPORTO E LAZER | Aumentar a percentagem de estrangeiros NPT que participa em atividades desportivas e socioculturais | Número de cidadãos NPT que participa em atividades desportivas e de lazer. | Aposta no incentivo à participação. |
| | Criar oportunidades de participação em atividades interculturais promotoras de bem-estar físico e social. | Número de atividades desenvolvidas no âmbito do bem-estar físico e social. | Aposta em mecanismos eficazes de divulgação das atividades. |

2.2. DIMENSÃO OPERACIONAL

A dimensão operacional diz respeito à concretização das medidas propostas pelos vários intervenientes na elaboração do PMIIVC, tendo em conta as metas definidas e o período temporal estabelecido. Das 13 áreas de intervenção inicialmente propostas, duas delas não foram alvo de qualquer medida, mas criou-se uma nova área, ficando o PMIIVC estruturado em 12 áreas de intervenção e 71 medidas, a concretizar no período 2015-2017.

Destas medidas, 41 são medidas de nível 1 e 30 são medidas de nível 2, estando identificadas nos respetivos quadros com a numeração de 1 a 71 (M1...M71), independentemente da área de intervenção e do cronograma de operacionalização.

As medidas de nível 1 são aquelas que foram consideradas pelas entidades como sendo parte do núcleo duro de competências em cada concelho, na área do acolhimento e integração dos imigrantes, por serem determinantes para o seu processo de integração a nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos imigrantes, com ou sem financiamento externo. As medidas de nível 2 são todas aquelas que não constituem prioridade de nível 1.

Assim, considerando as necessidades verificadas no diagnóstico local e a estratégia definida para o PMIIVC, apresentam-se, de seguida, os objetivos específicos, as medidas e as metas, bem como os responsáveis pela garantia de execução das medidas propostas, para cada uma das áreas de intervenção.

2.2.1. Mercado de trabalho e empreendedorismo

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo, atualmente há 67 cidadãos NPT inscritos como desempregados, os quais correspondem a 0,08% da população residente no concelho. Da leitura dos dados do inquérito por questionário aplicado aos NPT do concelho, verifica-se que a taxa de desemprego dos mesmos é de cerca de 20%, muito semelhante à taxa de desemprego destes cidadãos a nível nacional. Também verificamos que 54,7% dos NPT de Viana do Castelo está em situação de emprego e 21,1% é estudante, o que, à partida poderia indiciar a não necessidade de se considerar esta uma das áreas prioritárias do PMIIVC.

No entanto, dada a percentagem de desempregados e de estudantes que, num futuro próximo, entrarão para o mercado de trabalho, consideramos que é fundamental que se criem condições para que permaneçam e se fixem na região. Por outro lado, tendo em conta que as áreas de maior empregabilidade no município são o comércio, a indústria e a restauração, tratando-se, em muitos casos, de áreas

diferentes das áreas profissionais de origem, a aposta em formação e capacitação noutras áreas de conhecimento poderá contribuir para a aquisição de novas competências que possam abrir o leque de ofertas de empregabilidade, passando, nomeadamente, pela criação do próprio negócio. Se bem que a taxa de desemprego dos NPT no concelho de Viana do Castelo não se possa considerar elevada (8%), há que referir, contudo, que o perfil económico do concelho⁴ – com predomínio no setor terciário e nas micro empresas – não o torna uma região atrativa ao nível do mercado do trabalho, o que só por si, pode condicionar a fixação dos imigrantes ativos.

A aposta na criação do próprio negócio pode ser uma forma de aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT.

A oferta de cursos profissionais em áreas específicas, nomeadamente na área de hotelaria e turismo, será uma boa medida, considerando a elevada taxa de empregabilidade dos profissionais nesta área. Assim, dado existir em Viana do Castelo uma Escola de Hotelaria e Turismo muito bem posicionada ao nível da oferta formativa e dos resultados, que proporciona formação profissional altamente especializada, consideramos que uma boa medida para inserção no mercado de trabalho dos cidadãos NPT será garantir uma vaga destinada a estes cidadãos, em cada um dos cursos que fazem parte da oferta formativa desta Escola, nomeadamente: Gestão Hoteleira e Bebidas, Gestão Hoteleira em Alojamento e Gestão e Produção de Cozinha (Cursos de Especialização Tecnológica) e Técnicas de Cozinha/Pastelaria e Técnicas de Serviço de Restauração e Bebidas (Cursos de nível IV).

Daí as medidas propostas neste Plano passarem pela formação em técnicas de procura ativa de emprego, pela organização de sessões de divulgação sobre oferta formativa em áreas profissionais/operacionais e a organização de sessões de sensibilização/informação sobre direitos do trabalho. O apoio no acesso aos programas de incentivo ao empreendedorismo imigrante, a criação de programas de estágios nas empresas, bem como a garantia de vagas na oferta formativa de cursos profissionais específicos, são outras medidas propostas que podem contribuir para o aumento da empregabilidade. E porque o papel das empresas é fundamental para a integração dos cidadãos NPT no mercado de trabalho, são estabelecidas, pelo menos, duas medidas (M8 e M9) direcionadas às empresas do concelho, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

⁴ Diagnóstico social do concelho de Viana do Castelo

Quadro 2 - Dimensão operacional para a área de mercado de trabalho e empreendedorismo

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONS. |
|---|--|---|-------|---|--|------------------------------------|
| Aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT | Aumentar as competências pessoais e sociais facilitadoras da empregabilidade dos cidadãos estrangeiros | M1. Formação em técnicas de procura ativa de emprego | 1 | Formar pelo menos 50 cidadãos NPT na área da procura ativa de emprego | N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso a formação na procura ativa de emprego | IEFP |
| | | M2. Organização de sessões de divulgação, junto dos NPT, sobre a oferta formativa em áreas profissionais/operacionais | 1 | Envolver pelo menos 50 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões | IEFP ESS - IPVC |
| | | M3. Promoção de sessões de sensibilização/ informação sobre direitos e deveres no trabalho | 1 | Envolver 60 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões | ACT |
| | | M4. Promoção de ações de orientação vocacional (escolar ou profissional) para uma gestão de carreira sustentada | 2 | Envolver 30 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões | Psicoviana |
| | | M5. Estabelecimento de quotas de matrícula, destinadas a cidadãos NPT, nos cursos existentes | 2 | Garantir 5 lugares para cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT | EHTVC |
| | Aumentar as competências pessoais facilitadoras do empreendedorismo | M6. Promoção de sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio | 1 | Abranger 20 cidadãos NPT nas sessões de informação | Nº de cidadãos NPT que procuram estas sessões | CMVC-SGEAE; ANDC |
| | Aumentar número de empreendedores entre os NPT | M7. Apoio à criação do próprio negócio | 1 | Criar, pelo menos, 3 novos negócios | Número de negócios criados por cidadãos NPT | CMVC-SGEAE; ANDC |
| | Aumentar o número de empregadores com boas práticas na área da empregabilidade e integração de NPT | M8. Promoção de ações de sensibilização para as empresas do concelho na área da responsabilidade social e boas práticas na integração de Imigrantes | 2 | Sensibilizar 10 empresários | Número de empresários que participa nas sessões. | Despertar; AEVC; Psicoviana. |
| | | M9. Criação de um programa de estágios nas empresas do concelho (ainda que não remunerados) para integração de cidadãos NPT | 2 | Envolver 10 empresas do concelho no programa de estágios | N.º de empresas aderentes | Despertar; AEVC; Psicoviana. |

2.2.2. Educação e Língua

Apesar dos cidadãos inquiridos terem apontado a língua como principal dificuldade na adaptação a Portugal, e a terem considerado o fator mais importante para a integração no país, não referiram grandes dificuldades no domínio da mesma. Tendo em consideração que 41% dos cidadãos NPT inquiridos tem origem em países de língua oficial portuguesa, justifica-se este fato. Os inquiridos apontaram as maiores dificuldades na expressão escrita.

Contudo, analisada a informação recolhida junto das instituições de ensino, do CLAII, do GAF e no “Círculo dos Imigrantes”, concluiu-se que o pouco conhecimento da língua portuguesa tem sido uma barreira à integração dos cidadãos NPT na comunidade de acolhimento, sobretudo no que se refere às comunidades ucraniana, nepalesa, russa, chinesa e síria. Isto porque os cursos de *Português Para Todos* não têm colmatado esta dificuldade, não só pelo próprio programa oferecido pelo ministério de Educação (ME), que não oferece continuidade, como também pela duração dos mesmos e por dificuldades burocráticas (exigência de documentos de que os cidadãos NPT não dispõem). No que respeita a medidas

direcionadas à população escolar estrangeira, ao nível das instituições de ensino, verifica-se que há apoio individual, tutorias, apoio pedagógico e coadjuvações, em contexto de sala de aula.

O próprio município, através do seu Banco Local de Voluntariado (BLV), também promove sessões de conversação em português, designadas “conversas em português” para todos os estrangeiros residentes no concelho. No entanto, considerou-se ser importante criar algumas medidas na área da educação e língua, sobretudo ao nível do aperfeiçoamento e consolidação de conhecimentos, bem como no que se refere ao próprio alfabeto, porque se verificou que os cidadãos que usam, na sua língua de origem, um alfabeto diferente, têm maiores dificuldades na aprendizagem do português. Daí as medidas propostas incidirem, sobretudo, na área do aperfeiçoamento e consolidação de conhecimentos da língua portuguesa, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Dimensão operacional para a área de Educação e Língua

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONS. |
|--|--|---|-------|--|---|--|
| Aumentar/ consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa. | Proporcionar cursos certificados de português básico | M10. Formação em língua portuguesa: <i>Português para Todos</i> | 1 | Certificar 50% dos cidadãos NPT inscritos nos cursos PPT | % de cidadãos NPT que conclui com sucesso formação em língua portuguesa | IEFP; ESM; EsMaior; AEVC |
| | Promover cursos de aperfeiçoamento da língua portuguesa junto dos cidadãos imigrantes | M11. Organização de 30 sessões de aperfeiçoamento da língua portuguesa | 1 | Envolver 40 cidadãos imigrantes | N.º de cidadãos imigrantes que frequenta as sessões | CMVC-GCS (BLV) |
| | Facilitar a aprendizagem da língua portuguesa aos cidadãos cuja língua materna usa alfabeto diferente. | M12. Formação sobre o alfabeto português, o desenho da letra (maiúscula e minúscula) e o respetivo som | 2 | Permitir a aprendizagem dos elementos básicos de Língua Portuguesa a 15 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT inscritos | Agrupamentos de escola do concelho de Viana do Castelo |

2.2.3. Capacitação e formação

A formação e a capacitação para a aquisição de novos conhecimentos e competências é essencial não só para o acesso dos cidadãos NPT ao mercado de trabalho, como também para o próprio desenvolvimento individual e social, razão pela qual consideramos fundamental o estabelecimento de algumas medidas, ainda que a maioria seja de nível 2, no sentido de proporcionarem espaços formativos a estes cidadãos. Assim, o conjunto de medidas, que estão descritas no quadro resumo, não resultam apenas das necessidades identificadas no diagnóstico mas, também, de um conjunto de ideias transmitidas por conceções teóricas acerca da integração dos imigrantes e daquilo que consideramos fundamental para a sua dignificação enquanto seres humanos.

Pela análise dos dados do questionário, podemos observar que uma grande parte dos NPT inquiridos (30%) refere que aprendeu língua portuguesa em cursos de formação e 22% aprendeu no trabalho, colocando em evidência a necessidade de se olhar para estes locais, enquanto contextos de aprendizagem e capacitação, para além da escola, como espaços privilegiados de acolhimento e de

integração. Por isso, as medidas definidas para a área da *capacitação e formação* constantes no quadro 4, complementam-se com as medidas constantes no quadro 2 (área do *mercado de trabalho e empreendedorismo*), onde as empresas e as entidades de formação têm um papel relevante neste processo.

No que concerne ao interesse em frequentar cursos de formação, por parte dos cidadãos NPT, quase metade dos inquiridos respondeu afirmativamente, mostrando interesse na capacitação e formação como incremento e desenvolvimento das competências individuais. Do *1º Circulo de Imigrantes*, e relativamente a esta área de intervenção, destacaram-se as necessidades de formações técnicas especializadas, gratuitas e, ao nível das empresas, de ações de sensibilização e de promoção de espaços de conversação para a melhoria da comunicação e do uso da língua.

Tendo em conta as áreas de formação preferenciais referidas pelos cidadãos NPT inquiridos, e já indicadas no diagnóstico local, foram propostas medidas que vão de encontro ao que atrás referenciamos e que vão indicadas no quadro seguinte.

Quadro 4 - Dimensão operacional para a área de Capacitação e Formação

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESP. |
|---|---|---|-------|--|--|-------------------------|
| Capacitar os cidadãos NPT para o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais. | Aumentar as oportunidades de formação modular certificada | M13. Formação modular certificada em áreas profissionais operacionais | 1 | Formar 20 cidadãos NPT através de formações modulares certificadas | N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso os cursos de formação de curta duração | IEFP |
| | | M14. Promoção de formação modular na área da Agricultura | 2 | Formar 10 cidadãos NPT na área da agricultura | N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso o curso de formação | Despertar |
| | | M15. Formação modular nas áreas da Estética, Inglês, Informática e Saúde | 2 | Formar 20 cidadãos NPT através de formações modulares certificadas | N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso o curso de formação | Psicoviana |
| | Promover formação em desenvolvimento de competências para a liderança | M16. Formação de representantes-chave das comunidades de cidadãos NPT | 2 | Formar 15 cidadãos NPT das principais comunidades de NPT do concelho | N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso o curso de formação | Despertar Psicoviana |
| | Promover formação em desenvolvimento de competências para a consultoria de imagem, orientada para a procura de emprego. | M.17 Formação em consultoria de Imagem | 2 | Envolver 25 NTP | N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões | Psicoviana |

2.2.4. Cultura

Diversos estudos referem a influência cultural mútua entre imigrantes e comunidades de acolhimento, o seu impacto nos processos de integração e a necessidade da manutenção das tradições como fatores de identidade das comunidades, como processos dinâmicos, complexos e que vão muito para além da simples oposição entre regimes nacionais diferentes.

O diagnóstico local mostra-nos que a grande maioria dos cidadãos NPT, que reside no concelho, não participa em atividades socioculturais ou em associações locais, assim como não conhece a oferta cultural, artística e associativa existente. Também não se verifica a produção ou organização regular de eventos e/ou ações dedicados ao tema da imigração ou da interculturalidade, assim como também não há evidências de eventos e/ou ações realizados por imigrantes abertos à comunidade de acolhimento. Por considerarmos que as atividades culturais podem ser um meio privilegiado para a partilha do conhecimento da identidade das comunidades (imigrante e de acolhimento), pretendemos que a intervenção pela área da cultura se traduza, principalmente, no sentido de reforçar a expressão da diversidade cultural, incentivar atividades promotoras do diálogo intercultural e da multiculturalidade e apoiar iniciativas que valorizem como positivo o contributo dos imigrantes e das suas culturas para a comunidade de acolhimento.

A sensibilização dos produtores culturais para a temática da integração dos imigrantes no combate à discriminação e para o diálogo intercultural são igualmente focos de atenção nesta área. Por isso, as medidas propostas, e que constam do quadro resumo referente a esta área, vão no sentido de se desenvolver uma política de incentivo à participação de NPT nas atividades culturais do concelho.

Quadro 5 - Dimensão operacional para a área de Cultura

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESP. |
|---|---|--|-------|---|--|--|
| Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que participa em atividades socioculturais. | Fomentar a divulgação das ofertas locais ao nível da cultura. | M18. Distribuição e divulgação da agenda cultural e outras informações culturais pela comunidade de NPT, via correio normal e correio eletrónico. | 1 | Chegar a, pelo menos, 30% da população NPT residente no Concelho. | N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados. | CMVC-GCS; Cáritas |
| | | M19. Colocação da agenda cultural em pontos estratégicos, com apoio dos parceiros | 1 | Chegar a, pelo menos, 30% da população NPT residente no Concelho. | N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados | EsMaior; ESM; GAF; IEFP |
| | Desenvolver uma política de incentivo à participação de NPT nas atividades socioculturais | M20. Possibilidade de participação em atividades promovidas pelos grupos folclóricos. | 1 | Envolver 10 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT que aderem às atividades/ações propostas | CMVC-GCS; AGFAM |
| | | M21. Oferta de bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais. | 1 | Disponibilizar entre 2 a 4 bilhetes, por espetáculo. | N.º de bilhetes disponibilizados; N.º de cidadãos NPT que adere | FAM |
| | | M22. Participação gratuita nas oficinas de formação | 1 | Disponibilizar 1 lugar, por cada oficina | N.º de cidadãos NPT envolvidos na formação | CDV |
| Aumentar e potenciar o número de eventos e/ou ações dedicados ao tema da imigração ou da interculturalidade | Criar um momento de encontro entre os elementos participantes na execução do PMIIVC | M23. Promoção de um espetáculo musical aberto a todos os intervenientes do PMIIVC. | 2 | Envolver 300 participantes | N.º de bilhetes distribuídos | FAM |
| | Promover a partilha das diferentes tradições culturais junto da comunidade escolar | M24. Estabelecimento de um dia escolar dedicado à "multiculturalidade" | 1 | Envolver 50% das escolas de ensino básico na semana da multiculturalidade | % de escolas envolvidas Nº de crianças e jovens participantes | Agrupament os de escolas de Viana do Castelo |

2.2.5. Cidadania e Participação Cívica

Pela observação das respostas ao inquérito por questionário, e no que se refere à cidadania e participação cívica, verificamos que a maioria dos cidadãos inquiridos ocupa os seus tempos livres a passear, a ver televisão e a estudar. De realçar que apenas 1% dos inquiridos se dedica ao associativismo e uma percentagem relativamente pequena participa em atividades de âmbito cultural. Verifica-se também que muito poucos participam quer em eventos organizados pela comunidade de origem quer pela comunidade de acolhimento.

No que diz respeito ao direito de voto dos cidadãos inquiridos que são elegíveis para votar, 27,3% afirmou *estar recenseado*, 66,7% referiu *não estar* e 6,1% *não respondeu*. No município não há ainda evidências de iniciativas de informação e sensibilização, nem de sessões de esclarecimento sobre o recenseamento eleitoral dos imigrantes. A falta de recursos, quer humanos quer financeiros, surge como uma das principais influências desta situação.

Depois de analisados os resultados dos inquéritos por questionário, os dados dos Censos e do SEF, e de contactadas as Juntas de Freguesia, a informação que obtivemos sobre a filiação política e sindical dos cidadãos NPT é praticamente inexistente.

O associativismo é por si só uma forma das pessoas estabelecerem relações, de se aproximarem e de se organizarem segundo um determinado objetivo, desempenhando uma função importante no acolhimento e integração dos imigrantes. Dos cidadãos inquiridos, apenas 10,5% referiu pertencer a uma associação e, na sua maioria, de âmbito cultural, não se verificando a existência de associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes no concelho.

E porque consideramos a área da *cidadania e participação cívica* uma das áreas estratégicas do PMIIVC, dada a sua relevância para melhorar a integração dos cidadãos NPT na comunidade de acolhimento e, conseqüentemente, no país, são criadas 8 medidas para fomentar o associativismo e a participação cívica, descritas no quadro resumo nº 6. As entidades parceiras propõem-se organizar atividades de educação não formal no âmbito da consciencialização para uma cidadania global, bem como formação e consultoria na área da constituição de associações, entre outras.

Quadro 6 - Dimensão operacional para a área de Cidadania e Participação Cívica

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESP. | |
|--|---|--|-------|--|--|----------------------|------------|
| Consciencializar para uma cidadania global e para o crescimento sustentável. | Facilitar a integração de jovens imigrantes na comunidade de acolhimento | M25. Envolvimento de jovens NPT em atividades sociais, culturais, desportivas e artísticas. | 1 | Incluir 15 jovens NPT nas atividades. | Nº de jovens NPT que participa nos intercâmbios/projetos Grau de satisfação; Competências adquiridas e/ou reforçadas. | AJD | |
| | | M26. Promoção de espaços de debate, reflexão, projeção pública em matérias que interessam e preocupam os jovens imigrantes. | 1 | Incluir, pelo menos, 10 jovens NPT nas atividades | Nº de jovens NPT que participa nos intercâmbios/projetos Grau de satisfação; Competências adquiridas e/ou reforçadas. | | |
| | | M27. Realização de intercâmbios para conhecimento de outras regiões do país. | 1 | Incluir, pelo menos, 5 jovens NPT nas atividades | Nº de jovens NPT que participa nos encontros/atividades | | |
| Potenciar a prática de uma cidadania ativa | Potenciar a aquisição de capacidades de intervenção no associativismo. | M28. Capacitação de cidadãos NPT para o associativismo. | 2 | Incluir, pelo menos, 10 cidadãos NPT; Criar, pelo menos, 1 associação de imigrantes | Nº de cidadãos NPT que participa nas sessões de formação; Nº de associações criadas. | IPVC (GEED-ESE-IPVC) | |
| | Obter níveis crescentes de participação de cidadãos NPT em ações de sensibilização para a cidadania global. | M29. Integração de cidadãos NPT no grupo de colaboradores do <i>Ciclo (Re) Pensar a cidadania no Mundo Global</i> (sessões mensais com filmes comentados). | 1 | Incluir 4 cidadão NPT como comentadores das sessões; Promover a participação nas sessões de 15 cidadãos NPT | N.º de cidadãos NPT que adere ao conjunto de colaboradores do Ciclo; Número de cidadãos NPT que participa nas sessões do Ciclo. | | |
| | Obter níveis crescentes de cidadãos NPT que se disponibilizam para colaborar no Curso Livre. | M30. Integração de cidadãos NPT no <i>Curso Livre - Aprendizagens para o Desenvolvimento: Educação, Cooperação e Cidadania Global</i> (formação anual), dando testemunhos sobre as suas vivências pessoais. | 1 | Incluir, pelo menos, 2 cidadãos NPT nos colaboradores do Curso Livre | Número de cidadãos NPT que adere à iniciativa | | |
| | Incentivar o Voluntariado como forma de integração na comunidade | M31. Criação de uma campanha de sensibilização, junto dos cidadãos NPT, para a prática do voluntariado. | 1 | Envolver, pelo menos, 30 cidadãos NPT residentes no concelho de Viana do Castelo em campanhas de Voluntariado. | N.º de cidadãos NPT que participa em ações de voluntariado. | | CMVC-GCS |
| | Desenvolver competências para uma verdadeira inclusão social | M32. Desenvolvimento de projetos em Grupo Comunitário de partilha intercultural para promoção de sentimentos de pertença | 2 | Abranger 200 NPT | N.º de cidadãos imigrantes que adere ao projeto | | Psicoviana |

2.2.6. Serviços de Acolhimento e Integração

É na área do acolhimento e da integração que se encontram os principais fundamentos que alicerçam toda a estrutura deste plano. Assim, no que se refere ao processo de acolhimento e integração dos cidadãos NPT, verificou-se que “falar bem português”, “ter a família por perto” e “ter trabalho” são os três fatores que os inquiridos consideram como mais importantes. A língua, o trabalho, as questões de legalização e a discriminação, são as principais dificuldades apontadas pelos inquiridos na adaptação ao país e onde necessitam de maior apoio.

Em Viana do Castelo, já existem alguns recursos, ao dispor dos cidadãos NPT, com vista ao seu acolhimento, nomeadamente o CLAI, o “Guia do Cidadão Estrangeiro” - documento *online*,

disponibilizado pelo município, que pretende servir como manual de acolhimento e materiais específicos com informações úteis para os imigrantes.

Ainda assim, consideramos que o acolhimento destes cidadãos não deve centrar-se apenas no atendimento e em dar resposta a necessidade específicas, mas antes, consubstanciar-se em todo um processo de mobilização, incentivo à participação e envolvimento em atividades promotoras do diálogo intercultural, de modo a facilitar o processo de integração na comunidade de acolhimento. É com este propósito que são criadas 6 medidas nesta área de intervenção, sendo 4 de nível 1 e 2 de nível 2.

Quadro 7 - Dimensão operacional para a área de Serviços de Acolhimento e Integração

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONSÁVEIS |
|---|--|--|-------|--|--|-----------------------------|
| Fomentar a criação de atividades promotoras de diálogo intercultural. | Aumentar a o número cidadãos NPT e da comunidade de acolhimento que participa em atividades promotoras de diálogo intercultural. | M33. Realização de semanas temáticas com atividades de sensibilização e de acolhimento. | 1 | Realizar pelo menos 5 semanas temáticas Aumentar o número de cidadãos NPT participantes | Nº de semanas realizadas Nº de cidadãos NPT e da comunidade de acolhimento que participa. | CMVC-GCS Cáritas (CLAII) |
| Garantir o apoio e o acompanhamento especializado ao cidadão NPT. | Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que tem acesso aos serviços especializados de acolhimento, informação e integração. | M34. Manutenção de um serviço multilingue de apoio à integração e informação ao cidadão NPT. | 1 | Atingir pelo menos 400 atendimentos anuais. | Nº de atendimentos/acompanhamentos anuais realizados. | Cáritas (CLAII) |
| | | M35. Criação de uma equipa de cidadãos NPT promotores do acolhimento e integração de outros cidadãos NPT. | 1 | Criar uma equipa com a participação de pelo menos 10 cidadãos NPT. | Nº de cidadãos NPT que adere à equipa. | |
| | Aumentar a informação, junto dos cidadãos NPT, sobre as questões facilitadoras de integração. | M36. Reestruturação do <i>Guia do Cidadão Estrangeiro</i> (GCE) disponível na página de Internet da CMVC. | 1 | Melhorar e acrescentar as informações disponibilizadas pelo GCE até final de 2015. | Registo de alterações introduzidas no GCE. | CMVC-GCS |
| | | M37. Produção de uma brochura informativa multilingue sobre os direitos e deveres no trabalho e acesso à saúde. | 2 | Produzir e distribuir pelo menos 200 brochuras por ano. | Nº de brochuras produzidas e distribuídas a cidadãos NPT. | ACT; ACES; Cáritas |
| Desenvolver competências facilitadoras da inclusão social | Promover sessões de informação sobre a utilização dos serviços públicos | M38. Dinamização de ações dirigidas a cidadãos NPT sobre a temática “Conhecer e utilizar de forma positiva os serviços públicos e os recursos da comunidade”. | 2 | Dinamizar 5 ações dirigidas a cidadãos NPT. Conseguir abranger pelo menos 100 cidadãos NPT. | Nº de sessões realizadas e Nº de cidadãos NPT que adere às iniciativas | Psicoviana |

2.2.7. Saúde

Apesar de no nosso país todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade e situação, terem acesso aos serviços públicos de saúde, por diferentes e variadas razões, não raras vezes os imigrantes encontram dificuldades no seu acesso. Há normativos legais e outros documentos produzidos, quer por entidades diretamente ligadas à saúde quer pelas instituições que tratam da temática das migrações, que estabelecem as regras e os apoios no sentido de melhorarem o acesso à saúde, por parte dos NPT. Mesmo assim, continuam a verificar-se constrangimentos, apontados por eles, ao nível do atendimento, das diferenças culturais, entre outros.

No concelho de Viana do Castelo, de acordo com o diagnóstico local, do total de NPT inquiridos, 82% tem médico de família e 94% sabe onde dirigir-se no caso de ter algum problema de saúde. No entanto, foram levantadas dificuldades, essencialmente por mulheres da comunidade chinesa, relacionadas com dificuldades na orientação e comunicação durante a maternidade e com o acesso à saúde oral, principalmente por questões económicas. Verificou-se também que há ainda uma fraca percentagem de inquiridos que não tem as vacinas em dia. O atendimento nos serviços de saúde é apontado como bom ou muito bom, e não se tendo verificado outras dificuldades para além das já referidas, não se evidencia a necessidade de se criarem medidas de fundo, pelo que as medidas propostas são sobretudo centradas no aumento da informação sobre serviços específicos existentes nas diversas instituições e sobre os recursos e respostas existentes no âmbito dos cuidados preventivos de saúde (saúde oral, planeamento familiar, vacinação,...), aos quais os cidadãos NPT podem aceder.

Não existem ainda ações, a nível do município, relacionadas com a promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis para a comunidade de NPT, pelo que uma das medidas para responder a esta necessidade passa pela criação do Gabinete Intercultural de Saúde (GIS), que não será mais que um serviço de mediação e informação, com o apoio dos profissionais de saúde voluntários e/ou disponibilizados pela UCC, para facilitar o acesso desta população aos cuidados de saúde primários.

A formação e capacitação dos profissionais de saúde para a melhoria do atendimento dos cidadãos NPT é uma das medidas propostas que consideramos essenciais, tendo em conta as perceções, expectativas individuais e coletivas, comportamentos ou formas específicas de pensar e agir em relação à doença e à saúde de grupos sociais diferentes. São 5 as medidas propostas para esta área de intervenção:

Quadro 8 - Dimensão operacional para a área de Saúde

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONSÁVEIS |
|--|---|--|-------|--|---|--|
| Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado a cidadãos NPT. | Aumentar as competências dos profissionais de saúde em cultura e tradições dos NPT. | M39. Formação na área da cultura e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT representadas no concelho. | 1 | Formar 10 profissionais de saúde por ano | Nº de profissionais que concluem com sucesso a formação na área proposta. | ULSAM (ACES; UCC); CMVC-GCS; Cáritas (CLAII) |
| Facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde. | Aumentar a informação sobre outras respostas ao nível da saúde | M40. Criação de um gabinete de mediação e informação no acesso aos serviços de saúde – Gabinete Intercultural de Saúde (GIS). | 1 | Envolver 4 profissionais de saúde | Nº de profissionais de saúde envolvidos. Nº de cidadãos NPT atendidos. | CMVC-GCS; CMVC-GAE; ULSAM (UCC) |
| | | M41. Produção de uma brochura, traduzida em Inglês, Francês e Russo sobre saúde sexual, dependências e violência doméstica. | 2 | Produzir e distribuir pelo menos 100 brochuras/ano | Nº de brochuras produzidas e distribuídas. | GAF; ULSAM (ACES; UCC) |
| | | M42. Criação de pequenos vídeos demonstrativos de procedimentos de saúde ao nível da maternidade. | 2 | Abranger todas as NPT grávidas que acedem ao serviço | Nº de mulheres grávidas que acedem ao serviço | ULSAM ESS-IPVC; CMVC-GCS |
| | | M43. Criação de uma brochura traduzida em mandarim e ucraniano com informação sobre a maternidade. | 2 | Produzir 200 brochuras em cada língua. | Nº de brochuras produzidas. | ULSAM; ESS-IPVC; CMVC-GCS |

2.2.8. Solidariedade e resposta social

Em consonância com as situações diagnosticadas, e tendo em conta que apesar de as instituições referirem uma baixa percentagem de cidadãos NPT com carências económicas, verifica-se que 32% de inquiridos pediu apoio social. Assim, juntamente com os parceiros que têm a ação social como responsabilidade, as medidas a implementar neste PMIIVC passam, sobretudo, pelo atendimento e acompanhamento em situações específicas (HIV e violência doméstica), bem como, pela produção de documentos informativos sobre os recursos e as respostas sociais disponíveis na comunidade, nomeadamente a tradução da página do GAF na língua materna das principais comunidades de cidadãos NPT.

A formação especializada sobre culturas e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT do concelho, direcionada a técnicos de atendimento e acompanhamento, é outra das medidas propostas.

Uma vez que, a nível social, a intervenção se centra, sobretudo, no acompanhamento destes cidadãos, em situações específicas, considerou-se relevante criar uma medida que avalie este acompanhamento, no sentido de o melhorar, se for o caso.

Também se propõe a criação da figura de “Dinamizador Intercultural”, através da formação de técnicos das instituições que trabalhem com as comunidades imigrantes.

São 5 as medidas propostas para a área de intervenção “Solidariedade e Resposta Social”:

Quadro 9 - Dimensão operacional para a área de Solidariedade e Resposta Social

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONSÁVEIS |
|---|--|--|-------|---|--|--|
| Facilitar o acesso dos cidadãos NPT às respostas sociais existentes | Atender e acompanhar os cidadãos NPT no acesso às respostas sociais existentes | M44. Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica | 1 | Cobrir 95% dos cidadãos NPT que necessitam destes serviços | Nº de cidadãos NPT que recorrem aos serviços do GAF. | GAF |
| | Promover informação e divulgação dos recursos disponíveis | M45. Tradução da página do GAF na língua materna das principais comunidades NPT | 2 | Aumentar o Nº de visitantes da página do GAF por ano | Nº de visitantes que acedem à página do GAF. | GAF |
| Capacitar os profissionais de solidariedade social para um atendimento especializado a cidadãos NPT | Aumentar as competências dos profissionais de solidariedade social no atendimento aos cidadãos NPT | M46. Formação dos técnicos em métodos de atendimento | 2 | Abranger, pelo menos, 20 profissionais que atende cidadãos imigrantes | Nº de profissionais que participa na formação. | CMVC-DAS; ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo |
| | | M47. Formação de técnicos para a figura de <i>dinamizador intercultural</i> | 1 | Formar, pelo menos, 3 dinamizadores interculturais | N.º de dinamizadores formados | ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo |
| Aumentar a eficiência no acompanhamento aos cidadãos NPT | Avaliar o acompanhamento feito aos cidadãos NPT | M48. Criação de uma grelha de avaliação do acompanhamento aos cidadãos NPT | 1 | Aplicar a grelha a 90% dos cidadãos NPT acompanhados | Nº de cidadãos NPT que preenchem a grelha. | ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo |

2.2.9. Media e sensibilização da opinião pública

A opinião pública e os *media* existentes a nível local desempenham um papel determinante na integração dos Imigrantes e na promoção do diálogo intercultural.

Desde há alguns anos que os meios de comunicação social de divulgação nacional já dispõem de programas de informação especificamente destinados a imigrantes e principalmente provenientes dos países lusófonos. Assim, tendo em conta as debilidades encontradas nesta área, ao nível do diagnóstico local, foram contactadas as principais rádios e jornais locais para se aferir a atenção e relevância atribuída por eles em matéria de migrações, as causas da inclusão, ou não, de programas ou trabalhos publicados nesta área e o interesse em mudar esta situação. Deste contacto, resultaram algumas medidas descritas no quadro resumo nº 10, que, no nosso entender, darão um grande impulso à divulgação das diferentes nacionalidades que coabitam o nosso concelho e, conseqüentemente, contribuirão para sensibilizar a opinião pública para o acolhimento e integração dos cidadãos NPT.

Algumas destas medidas passam pela criação de: i) programas semanais de informação, pelas três rádios locais; ii) programas de rádio sobre músicas e culturas dos cidadãos NPT; iii) uma coluna de informação sobre imigrantes, na imprensa local; iv) documentários e sessões de cinema temático sobre tradições, culturas, vivências nos países de origem dos cidadãos NPT; v) página no *Facebook* sob o tema “Imigrantes e Viana do Castelo”.

A organização de conferências, seminários e *workshops*, dinamizados quer por elementos da comunidade de acolhimento quer por cidadãos NPT, incluem-se nas medidas propostas, como forma privilegiada de sensibilizar a opinião pública, uma vez que possibilitam a interação, o debate e a partilha de informação e conhecimentos sobre a comunidade imigrante.

Ainda que a maioria das medidas relativas a esta área de intervenção sejam de nível 2, as 11 medidas criadas no sentido de sensibilizar a opinião pública para o acolhimento e integração dos cidadãos NPT, bem como o número de entidades que se propõem realizar estas medidas, refletem a importância e o papel que a opinião pública pode ter para um bom acolhimento e integração dos imigrantes na comunidade local, razão pela qual, consideramos, também, esta umas das áreas prioritárias do PMIIVC.

Quadro 10 - Dimensão operacional para a área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESP. |
|--|---|--|--|--|---|---|
| Criar oportunidades de difusão de iniciativas de NPT, suas organizações e comunidades. | Aumentar o número de notícias relativas à comunidade de NPT, e suas organizações, divulgadas nos <i>media</i> locais. | M49. Criação de um programa semanal de informação para as três rádios no Concelho. | 1 | Criar um programa semanal de 10 minutos. | Nº de programas realizados por ano. | Rádio Affense; Rádio Geice; Rádio Alto Minho; CMVC-GAE. |
| | Aumentar a difusão de informações culturais dos países terceiros. | M50. Criação de um programa de rádio sobre músicas e culturas dos cidadãos NPT. | 2 | Criar um programa mensal de informação cultural de 60 minutos. | Nº de programas realizados por ano. | |
| | | M51. Organização de sessões de cinema temático dos países dos cidadãos NPT | 1 | Organizar 5 sessões de cinema | Nº de sessões realizadas; N.º de participantes | Ao Norte |
| Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades dos <i>media</i> e das redes sociais | Aumentar o número de notícias sobre NPT | M52. Organização de uma coluna de informação NPT numa publicação local | 2 | Criar uma coluna informativa NPT. | Nº de edições que contêm a coluna informativa | Jornal Alto Minho; CMVC-GAE. |
| | | M53. Criação e manutenção do grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i> | 1 | Criar um Grupo no <i>Facebook</i> | Nº de membros que aderem ao grupo. | CMVC-GCS (através da Equipa dos Migrantes) |
| Sensibilizar a comunidade de acolhimento para a temática das migrações e da interculturalidade | Promover atividades culturais direcionadas à comunidade de acolhimento. | M54. <i>Workshops</i> dinamizados por cidadãos NPT em áreas da sua competência. | 1 | Envolver 5 NPT na dinamização de <i>workshops</i> | Número de NPT que dinamizam os <i>workshops</i> | Despertar; Psicoviana. |
| | | M55. Promoção de 2 espetáculos sobre o tema <i>Migrações</i> . | 2 | Envolver 400 cidadãos nacionais e estrangeiros | N.º de espetadores. | CDV |
| | | M56. Realização de um “Ciclo de Cinema” dedicado ao tema <i>Migrações</i> com debate no final de cada emissão. | 2 | Realizar 5 Sessões de cinema com o respetivo debate | N.º de sessões e debates realizados; N.º de participantes | Ao Norte |
| | | M57. Organização de 3 seminários/ conferências no âmbito do estudo das migrações. | 1 | Realizar 3 Seminários/ Conferências | N.º de Seminários Realizados; N.º de participantes | APS-Núcleo do Minho; CMVC-GCS; Cáritas |
| | | M58. Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os seus países de origem e a ser difundido nos <i>média</i> locais. | 2 | Realizar pelo menos 10 entrevistas. | Nº de entrevistas. Nº de entrevistados. | CCAM |
| M59. Edição de um conjunto de documentários onde se retrata a realidade de diferentes comunidades NPT | 2 | Editar 8 documentários | Nº de documentários editados Nº de comunidades retratadas | Ao Norte | | |

2.2.10. Racismo e discriminação

Considerando os 10,5% de cidadãos NPT inquiridos que revelaram ter alguma vez sentido discriminação nos serviços públicos e os 8% que referiram que a discriminação é uma dificuldade para a integração e adaptação na comunidade de acolhimento, as principais medidas a implementar nesta área passam pela diminuição da percentagem de NPT que é vítima de situações de discriminação, pela garantia do acesso à informação sobre formas de combate à discriminação e pela realização de ações de informação junto dos serviços públicos sobre discriminação direta e indireta. As escolas podem ser espaços privilegiados para a interiorização de uma cultura de integração, pelo que as medidas propostas nesta área articulam-se com a medida 24 (M24.), que se refere à criação de um dia dedicado à multiculturalidade, nas escolas do concelho. As formas de combate à discriminação no trabalho também estão contempladas nas medidas propostas, conforme se pode verificar no Quadro 11:

Quadro 11 - Dimensão operacional para a área de Racismo e Discriminação

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESP. |
|---|--|---|-------|--|---|------------------------------|
| Diminuir a discriminação em todas as suas formas. | Capacitar os profissionais de atendimento dos serviços públicos que lidam diretamente com a população imigrante para a equidade. | M60. Promoção de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a profissionais dos serviços públicos | 1 | Dinamizar 2 sessões de sensibilização. Envolver pelo menos 15 técnicos. | Nº de sessões realizadas; Nº de participantes. | Cáritas (CLAII); CMVC-GCS |
| | Sensibilizar os empresários para a igualdade de género nos direitos e deveres no trabalho. | M61. Realização de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a empresários. | 1 | Dinamizar pelo menos 1 sessão de sensibilização por ano. Envolver pelo menos 15 empresários. | Nº de ações de sensibilização realizadas. Nº de participantes. | ACT; AEVC. |

2.2.11. Relações internacionais

No concelho de Viana do Castelo, as relações internacionais no que se refere aos cidadãos NPT, centram-se, sobretudo, na dinamização e monitorização das relações com as cidades geminadas, no desenvolvimento, no Município e nestas cidades, de atividades de promoção das mesmas, de interculturalidade e de intercâmbio de cidadãos e suas organizações sociais e culturais. Contudo, a nível local, não existe ainda uma política definida para a atração de imigrantes, a não ser na perspetiva de captação de investidores e empresas, inclusive de países dos cidadãos NPT.

Assim, as medidas a integrar no PMIIVC, para esta área, passam pelo fomento da participação dos cidadãos NPT nas ações internacionais municipais, pela integração destes nas associações vianenses com ações internacionais e pela sua inclusão numa associação local de imigrantes. São 3 as medidas propostas para esta área de intervenção:

Quadro 12 - Dimensão operacional para a área Relações Internacionais

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONSÁVEIS |
|--|---|---|-------|--|---|-------------------|
| Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades internacionais da Câmara Municipal. | Aumentar o número de cidadãos NPT nas atividades internacionais que ocorrem no município. | M62. Realização de encontros com cidades geminadas dos países de origem dos cidadãos NPT. | 1 | Realizar 3 encontros. | Nº de ações realizadas; Nº de participantes. | CMVC-GRIC; AIT |
| | Aumentar o número de cidadãos NPT envolvidos em organizações sociais e culturais com atividades internacionais. | M63. Integração de cidadãos NPT nas associações com atividades internacionais (Festival Internacional de Folclore) | 2 | Envolver 5 cidadãos NPT nos grupos folclóricos. | Nº de participantes. | AGFAM |
| | | M64. Promoção da participação gratuita de cidadãos NPT no Festival Internacional de Folclore. | 2 | Promover a participação gratuita a 15 cidadão NPT. | Nº de participantes | AGFAM |

2.2.12. Urbanismo e Habitação

No que diz respeito às condições de habitabilidade, a grande maioria dos inquiridos vive em casa arrendada e sente-se satisfeita com o local onde vive, considerando que o seu estado de conservação é bom. Esta tendência é semelhante à que se vive a nível nacional.

Segundo o levantamento feito junto da DAS, não existem bairros no município onde se verifique uma maior concentração de imigrantes e seus descendentes, nem há espaços ou áreas que pareçam ser mais procuradas por determinados imigrantes ou nacionalidades.

Tendo em conta os resultados do diagnóstico local, não se verificam situações de estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas. Acompanhando estes dados com os do levantamento institucional efetuado junto de algumas instituições de colhimento do concelho de Viana do Castelo, nomeadamente o CLAI e GAF, e sobre necessidades relativas à habitação, não existem razões que levem esta área a ser uma prioridade deste Plano.

2.2.13. Religião

A religião é um dos fatores que pode surgir como obstáculo à integração dos imigrantes, não só pela diferença minoritária em relação à comunidade de acolhimento, como também pela falta de locais de culto.

Em Portugal, onde predomina a religião católica romana, a convivência religiosa é pacífica, coexistindo diversas religiões e cultos. A interação entre indivíduos de comunidades de diferentes credos (sobretudo entre os credos cristãos e não-cristãos) poderá ser uma realidade não muito expressiva, mas provavelmente por razões de âmbito mais vasto – étnico, cultural ou social – e não especificamente religioso. A recente vaga imigratória terá, neste campo, contribuído para uma maior diversidade religiosa, designadamente pelo crescimento das comunidades islâmica, hindu, budista e ortodoxa, para além de outros cultos cristãos.

Verificou-se que no concelho de Viana do Castelo coexistem diferentes religiões e entre os imigrantes inquiridos por questionário, concluiu-se que 23% não professam qualquer religião, 31% se afirmou católico, 20% são ortodoxos, 8% são islâmicos, 3% pertencem à Igreja Evangélica, 2% são hindus e 1% são protestantes. Os restantes 10% não responderam.

Também se verificou que 70% dos inquiridos afirmaram praticar a sua religião e consideram que têm condições para o fazer. Isto deve-se ao facto de a maioria dos inquiridos serem católicos e, portanto, terem acesso aos locais de culto predominantes no país.

Quanto à religião ortodoxa, a segunda mais representada a seguir à católica, a Diocese de Viana do Castelo cedeu um espaço à Igreja Católica Ortodoxa Patriarcado de Constantinopla – Capela de Stº André - onde, semanalmente, os praticantes desta religião se encontram para o culto.

Assim, os indicadores apresentados pelo diagnóstico realizado, bem como os dados do INE baseados nos Censos 2011, mostram que as principais religiões mais representadas têm espaços para o culto, não se diagnosticando, por isso, necessidades para a sua prática, pelo que, também não se justifica a definição de qualquer medida como resposta a esta área de intervenção.

2.2.14. Desporto e Lazer

Como se pode verificar no diagnóstico local, os cidadãos inquiridos dedicam relativamente pouco tempo a questões ligadas ao desporto e lazer e não têm o hábito de participar em festas, sejam organizadas pela sua comunidade de origem, sejam organizadas pela comunidade local.

O município de Viana do Castelo, como já atrás referimos, tendo aderido ao movimento das Cidades OMS, propôs-se desenvolver estratégias de promoção da saúde direcionadas à população migrante residente no concelho e, neste contexto, através do seu GCS, e da Equipa dos Migrantes, tem vindo a promover atividades no âmbito do projeto Entre culturas⁵, centradas, essencialmente, em 3 momentos por ano: a) celebração da “Semana Contra a Discriminação Racial”, em março; b) celebração da “Semana da Diversidade Cultural”, em maio e c) “Semana da Tolerância”, em novembro. Essas semanas constituem-se com atividades desportivas (p. e., jogo de críquete e caminhadas); atividades culturais (p. e., visitas a museus); atividades lúdicas (p. e., *Festa africana*; *Festa da tolerância*) e atividades de sensibilização (p. e., bibliotecas humanas; conferências). Da experiência da Equipa dos Migrantes e de relações retiradas dos vários encontros com cidadãos imigrantes, verifica-se que a existência de momentos como os referidos, além de promoverem melhor saúde e bem-estar, propiciam um maior entrosamento quer com a comunidade local quer com outros cidadãos estrangeiros. Além disso, a *European Commission, 2007 cit. por Moraes, M., 2013*, refere que “parece fazer um sentido especial falar em integração social quando se trata de minorias e, neste caso, o desporto pode dar um importante contributo. No Livro Branco sobre o Desporto é defendido isso mesmo. Nele, destaca-se o papel do desporto no fomento da noção comum de pertença e de participação, especialmente dos migrantes e pessoas de origem estrangeira, facilitando o diálogo intercultural. É ainda salientada a importância da disponibilização de espaços e do apoio às atividades desportivas permitindo uma interação positiva entre imigrantes e nativos”.

⁵ Este projeto, que segue os princípios orientadores do Plano de Desenvolvimento em Saúde 2007-2015, visa fomentar a inserção e a participação dos cidadãos estrangeiros na sociedade, promovendo a sua dignificação e a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, e estando a elaboração deste PMIIVC sob a coordenação da Divisão de Educação, Desporto e Qualidade de Vida - Gabinete Cidade Saudável, consideramos pertinente continuar a aposta na área de Desporto e Lazer, transversal a outras áreas já previstas na estrutura dos PMII propostas pelo ACM (integração, cultura, saúde), e dar-lhe o devido destaque no Plano para o concelho de Viana do Castelo.

Assim, para esta área de intervenção, são propostas 7 medidas (4 de nível 1 e 3 de nível 2), que passam pela forte divulgação da informação sobre as atividades desportivas existentes no concelho, pela criação de oportunidades para as diversas práticas desportivas e de incentivo à prática desportiva, pela via da facilitação do acesso (p. e., gratuidade). A organização de momentos de encontros interculturais, *workshops* de cozinha dos países de origem dos cidadãos NPT e de caminhadas são atividades de lazer que se incluem nas medidas que constam do Quadro 13, referente a esta área de intervenção:

Quadro 13 - Dimensão operacional para a área de Desporto e Lazer

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS | MEDIDAS | NÍVEL | METAS | INDICADORES | RESPONSÁVEIS |
|---|--|--|-------|---|---|---|
| Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que participa em atividades desportivas e socioculturais. | Informar e Sensibilizar a comunidade de NPT para as atividades socioculturais e desportivas desenvolvidas localmente. | M65. Distribuição da informação disponível sobre atividades desportivas e recreativas, via correio normal e eletrónico. | 1 | Contactar pelo menos 200 cidadãos NPT, por trimestre. | Nº de contactos efetuados. | CMVC |
| | | M66. Produção de uma “brochura” com o conjunto de modalidades desportivas existentes no concelho, traduzida em, pelo menos, 3 línguas. | 2 | Produzir 500 brochuras com informação sobre as modalidades existentes | Nº de brochuras produzidas. Nº de brochuras distribuídas. | CMVC-DEDQV; EDV; Clubes Desportivos |
| | Criar oportunidade para a participação de crianças e jovens NPT nas modalidades desportivas disponíveis. | M67. Possibilidade de inscrição e participação gratuita a crianças e jovens NPT nas modalidades desportivas disponíveis. | 2 | Abranger 10 crianças e jovens NPT. | Nº de Crianças e jovens inscritos. | EDV; Clubes Desportivos |
| Criar oportunidades de participação em atividades interculturais promotoras de bem-estar físico e social. | Facilitar a integração de cidadãos NPT na comunidade, através da oferta de atividades desportivas, culturais e de lazer. | M68. Dinamização de caminhadas <i>interculturais</i> . | 1 | Realizar pelo menos 2 caminhadas <i>interculturais</i> , por ano | Nº de caminhadas realizadas, Nº de cidadãos que participa. | CMVC-GCS; Cáritas |
| | | M69. <i>Workshops</i> de cozinha dinamizados por cidadãos NPT | 1 | Realizar 7 <i>Workshops</i> . | Nº de <i>Workshops</i> realizados, Nº de participantes. | CMVC-GCS; ESM; EHTVC |
| | Apoiar e criar oportunidades para a prática de modalidades desportivas por cidadãos NPT, em diferentes clubes e associações desportivas do concelho. | M70. Possibilidade de participação gratuita a cidadãos NPT em aulas de natação e hidroginástica. | 1 | Abranger 10 cidadãos NPT nestas práticas. | Nº de NPT que frequenta as aulas. | CMVC-DEDQV |
| | | M71. Criação de momentos de encontro interculturais entre cidadãos NPT e comunidade de acolhimento. | 2 | Realizar 5 encontros | N.º de encontros. Nº de Participantes. | CMVC-GCS; Cáritas-CLAII |

3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Monitorizar e avaliar a operacionalização e concretização de um plano de ação não só é necessário como fundamental para o cumprimento dos objetivos propostos e para a obtenção dos resultados esperados. Nestes termos, apresenta-se, de seguida, o modelo de monitorização e avaliação adotado para o PMIIVC.

O PMIIVC será monitorizado e acompanhado pela Equipa dos Migrantes, liderada por um Técnico Superior do Município, em cooperação com as entidades parceiras do Plano e um conjunto de cidadãos representantes da comunidade de NPT do concelho.

Esta equipa propõe-se reunir trimestralmente para:

- Acompanhar a implementação das medidas;
- Aferir eventuais dificuldades na sua implementação;
- Verificar a necessidade de se ajustarem as medidas;
- Elaborar relatórios do acompanhamento das medidas.

Com a mesma periodicidade realizar-se-ão os “círculos de imigrantes”, onde os NPT residentes em Viana do Castelo terão oportunidade de participar no acompanhamento da implementação das medidas, analisando o sucesso das ações, discutindo as metodologias e dando sugestões de melhoria, através da apresentação dos relatórios pela Equipa dos Migrantes.

Espera-se que este seja um espaço de envolvimento dos NPT em todo o processo de operacionalização do PMIIVC e pretende-se que o sistema de monitorização seja o mais operacional possível.

Anualmente, serão realizadas reuniões de Avaliação, pela equipa de Monitorização e Acompanhamento, Parceiros, Comunidade de NPT e Comunidade de Acolhimento.

Destas reuniões resultará um relatório anual a ser apresentado no Concelho Local de Ação Social (CLAS). Assim, no ano de 2016, será realizada uma avaliação intercalar das medidas, e no ano de 2017 criar-se-ão condições para a avaliação final do presente Plano.

A mais importante e direta utilização desta monitorização será a de verificar a evolução do PMIIVC face aos objetivos propostos, a eficácia das medidas, bem como, os resultados esperados, no sentido de se perspetivarem estratégias e medidas futuras.

Nos quadros seguintes apresentam-se as atividades de Monitorização e de Avaliação propostas para o PMIIVC 2015-2017.

Quadro 14 - Listagem das atividades de monitorização do PMIIVC

| | | |
|------------------------------|---|--|
| Frequência | Trimestral e Semestral, conforme atividades a desenvolver | |
| Atividades principais | Trimestralmente: Acompanhamento da implementação das medidas; Aferição de eventuais dificuldades na sua implementação; Verificação da necessidade de se ajustarem as medidas; Elaboração de relatórios de acompanhamento das medidas. | Grelhas de avaliação Folhas de Presenças Listas de Inscrição Lista de Participantes Registo de materiais produzidos/distribuídos Registo de contactos/atendimentos Registo de ingressos vendidos/disponibilizados Registo de alterações verificadas Registo de visitas/novos membros Registo de ações/negócios/programas/entrevistas realizadas |
| | Semestralmente: Análise, acompanhamento e verificação da informação regular sobre o estado de execução; Verificação <i>in loco</i> da implementação das medidas; Recolha de informação adicional junto de intervenientes | |
| Objetivo | Melhorar a eficiência imediata na afetação de recursos | |
| Entidades envolvidas | Equipa dos Migrantes, entidades responsáveis pela implementação das medidas, representantes dos cidadãos NPT | |

Adaptado de UNICEF

Quadro 15 - Listagem das atividades de avaliação do PMIIVC

| | |
|------------------------------|---|
| Frequência | Anual: junho de 2016 e dezembro de 2017 |
| Atividades principais | Junho de 2016: Verificação da evolução do PMIIVC face aos objetivos propostos, partindo dos relatórios trimestrais e de outra informação recolhida; Interpretação de desvios, discussão de propostas de melhoria e delineamento de trajetórias alternativas; Elaboração de relatório de avaliação |
| | Maio de 2017: Avaliação final da operacionalização do PMIIVC Verificação do cumprimento das medidas Elaboração do relatório semestral de avaliação |
| Objetivo | Melhorar, para além da eficiência, a eficácia a afetação de recursos e aferir impactes |
| Entidades envolvidas | Equipa dos Migrantes, Entidades responsáveis pela implementação das medidas, Representantes dos cidadãos NPT. |

4. ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação proposto engloba duas componentes:

1. A implementação das medidas;
2. A monitorização do PMIIVC;

A estrutura será dimensionada de forma a permitir que os colaboradores afetos ao acompanhamento do Plano acumulem funções com as que já realizam (Município, Equipa dos Migrantes, rede de parceiros). Relativamente a recursos humanos, será uma opção o recorrer a serviços de suporte, em exclusividade, para a monitorização e para a aferição do grau de implementação do PMIIVC. O Coordenador (pelo Município) deverá ser considerado elemento *pivot* da estrutura e terá três funções principais:

1. Gerir a componente da implementação das medidas delineadas, articulando-se com os responsáveis por cada uma das medidas, sejam específicas, sejam transversais;
2. Coordenar as reuniões dos elementos da equipa de monitorização e acompanhamento de carácter trimestral;
3. Produzir os relatórios de monitorização do Plano e os relatos/conclusões das unidades orgânicas envolvidas, plasmadas nas fichas de monitorização.

A gestão da monitorização será efetuada através de reuniões periódicas com os responsáveis pelas medidas, sejam individualizadas ou conjuntas. Por sua vez, a equipa de monitorização/coordenação trabalhará não só a monitorização da execução mas também o impacto das medidas na comunidade de NPT residente no concelho de Viana do Castelo.

Quadro 16 - Tipologia, âmbito de intervenção e perfil por unidade orgânica do Modelo de Governação definido para o PMIIVC

| | | | |
|--|------------------------------------|--|---|
| | Órgão de decisão | Aprovação e validação das propostas, medidas e cronograma do Plano. Acompanhamento no seu cumprimento. | Formação e/ ou experiência na matéria. Poder de decisão e reconhecimento na organização Municipal. |
| EQUIPA DE COORDENAÇÃO (Equipa dos Migrantes - e plataforma de Acompanhamento) | Órgão de execução e de coordenação | Coordenação da implementação através da colaboração com os diferentes responsáveis pelas medidas. Monitorização e controlo da implementação das medidas, em termos da sua calendarização e execução, bem como da aferição dos seus impactos na comunidade. | Poder de decisão e reconhecimento na organização. Dinamismo, capacidade de mobilização e de compromisso. Capacidade analítica, crítica e de cooperação. |
| EQUIPAS DE IMPLEMENTAÇÃO | Equipas executivas | Instituições e responsáveis individuais pela execução das medidas, gerindo os recursos necessários para a sua implementação e assegurando o cumprimento do prazo previsto, junto com a elaboração de relatórios sumário da sua execução, em ficha própria. | Equipas executivas Responsáveis de unidades orgânicas. Capacidade de mobilização. |

Em cada uma das Áreas de Intervenção Estratégica definidas para a conceção do PMIIVC são referenciados Parceiros responsáveis pela implementação e acompanhamento do mesmo. São eles:

Quadro 17 - Listagem das entidades parceiras e respetivas responsabilidades no PMIIVC, por área de intervenção

| | | |
|---|---|--|
| | | |
| ACT: Autoridade para as Condições de Trabalho | Serviço do Estado que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho, através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os setores de atividade públicos ou privados. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2, 7 e 11. |
| AEVC: Associação Empresarial de Viana do Castelo | A Associação Comercial de Viana do Castelo é destinada a indagar as necessidades do comércio e indústria da localidade e procurar todos os meios legais e satisfaze-las. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2, 3 e 11. |
| AGFAM: Associação de Grupos Folclóricos do Alto Minho | Congrega vários grupos da região e tem trabalhado no sentido de divulgar e valorizar a etnografia vianense e os grupos seus associados. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 5 e 12. |
| AIT: Associação Intercultural para Todos | Tem como objetivo promover a inclusão social, de jovens e adultos carenciados com necessidades sociais e de educação, e a tolerância entre jovens e adultos de diferentes origens | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 12. |
| AJD: Associação Juvenil de Deão | Cria e desenvolve atividades sociais, culturais, desportivas e artísticas para a juventude, designadamente na área da ocupação dos tempos livres, do voluntariado, da cooperação e da formação, promovendo e dinamizando o acesso à informação, a integração social, a participação cívica e a igualdade de género. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 6. |
| ANDC: Associação Nacional do Direito ao Crédito | Associação privada sem fins lucrativos que tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento económico e social daqueles que se encontrem em situação de pobreza ou exclusão social, nomeadamente através de iniciativas que assegurem o acesso e a obtenção do crédito por parte dessas pessoas. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2. |
| Ao Norte: Associação de Produção e Animação Audiovisual | Associação sem fins lucrativos que tem por fim a produção e a divulgação audiovisual, bem como a cooperação para o desenvolvimento na área do ensino, educação e cultura. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 10. |
| APS (Associação Portuguesa de Sociologia) – Núcleo do Minho | Associação sem fins lucrativos que visa, principalmente, a promoção do desenvolvimento da sociologia | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 10. |
| Cáritas-CLAI: Cáritas Diocesana de Viana do Castelo-Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes | Instituição da Igreja Diocesana do Alto Minho, empenhada na promoção do Homem, no acolhimento aos mais desfavorecidos e no desenvolvimento da Ação Sócio caritativa da Igreja. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 5, 7, 10, 11 e 13. |
| CCAM – Centro Cultural do Alto Minho | Entidade sem fins lucrativos, sob a forma de cooperativa, que visa a promoção da cultura no Alto Minho. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 10. |

| | | |
|---|---|---|
| CDV: Centro Dramático de Viana | Companhia profissional de teatro residente no Teatro Municipal Sá de Miranda em Viana do Castelo. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 5 e 10. |
| CMVC - DAS: Câmara Municipal de Viana do Castelo - Divisão da Ação Social | Tem como competências promover uma planificação estratégica de intervenção social no concelho; Promover medidas tendentes à inclusão de indivíduos e famílias; Propor e divulgar estudos que detetem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos; Colaborar com instituições vocacionadas para intervir na área da ação social; entre outras do plano de Desenvolvimento Social. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 9. |
| CMVC - DEDQV: Câmara Municipal de Viana do Castelo – Divisão de Educação, Desporto e Qualidade de Vida | Divisão da Câmara Municipal que visa a promoção da saúde e do bem-estar físico e mental | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 13. |
| CMVC - GRIC: Câmara Municipal de Viana do Castelo - Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação | Tem como principais competências a dinamização e monitorização das relações com as cidades geminadas, o desenvolvimento, no Município e nestas cidades, de atividades de promoção das mesmas e de interculturalidade e intercâmbio de cidadãos e suas organizações sociais e culturais. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado no quadro 12. |
| CMVC-GCS: Câmara Municipal de Viana do Castelo - Gabinete Cidade Saudável | Gabinete do Projeto Viana do Castelo, Cidade saudável da OMS que visa a promoção da saúde da população com base nos determinantes sociais e de saúde. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 13. |
| CMVC-GAE: Câmara Municipal de Viana do Castelo – Gabinete de Apoio ao Emigrante | Tem como principal função o apoio a cidadãos portugueses emigrantes. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 8 e 10. |
| Despertar | Centro de Formação, Psicologia, <i>Coaching</i> e Educação. Equidade e Inclusão Social, Rigor e Inovação, Capacitação e <i>Empowerment</i> , são as linhas orientadoras que regem a sua prática. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 2, 4 e 10. |
| EDV – Escola Desportiva de Viana | Tem por fins a promoção desportiva, cultural e recreativa dos seus associados e de todas as crianças residentes no concelho de Viana do Castelo. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 13. |
| EHTVC – Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo | Escola com a chancela da marca “Turismo de Portugal”, que assegura formação certificada em diversas temáticas do sector, tanto a jovens em formação inicial, como a profissionais no ativo. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2 e 13. |
| ESM: Escola Secundária de Monserrate | Escola secundária do concelho de Viana do Castelo, com raízes na Escola de Desenho Industrial, com oferta formativa no Ensino regular, Ensino Profissional, Educação e Formação de Adultos e Ensino Noturno. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 3, 5 e 13. |
| EsMaior: Escola Secundária de Santa Maria Maior | Escola secundária do concelho de Viana do Castelo com oferta formativa no Ensino regular e no Ensino Profissional | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 3 e 5. |
| FAM: Fundação Átrio da Música | Tem como objetivo desenvolver e consolidar oferta formativa oferecida pela EPMVC | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 5. |
| GAF: Gabinete de Atendimento à Família | Instituição Particular de Solidariedade Social que foi criada com o objetivo de potenciar a "família" nas suas diferentes dimensões e proporcionar uma resposta global e integrada às problemáticas mais prementes e geradoras de exclusão. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 5, 8 e 9. |

| | | |
|---|--|---|
| GEED-ESE-IPVC: Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo | Integrado no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, tem como setor prioritário de intervenção a educação, participa e apoia iniciativas de Educação para o Desenvolvimento, Docência e Investigação. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado no quadro 6. |
| IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional | Serviço público de emprego nacional que tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado nos quadros 2, 3, 4 e 5. |
| ISS, IP: Instituto da Segurança Social, Instituto Público. | Instituto público de regime especial integrado na administração indireta do Estado, que tem por objetivo garantir e promover a proteção e inclusão social dos cidadãos. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado no quadro 9. |
| Jornal Alto Minho | Órgão de Informação Regional em papel | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado no quadro 10. |
| Psicoviana | Sociedade Comercial por Quotas que presta serviços na área da Gestão de Recursos Humanos, Formação Profissional e Investigação na Área das Ciências Humanas. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2, 4, 6, 7 e 10. |
| Rádio Alto Minho | A Rádio Alto Minho é composta de vários departamentos que gerem as diversas atividades a ela inerentes e definem os rumos e prioridades da sua intervenção. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 10. |
| Rádio Geice | Canal de comunicação Social e de interação Cultural e Científica da região de Viana do Castelo. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 10. |
| CMVC-SGEAE: Câmara Municipal de Viana do Castelo - Setor de Gestão Espaços de Atividades Económicas | Setor da Câmara Municipal de Viana do Castelo que trata de informação e apoio às atividades económicas. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciado no quadro 2. |
| ULSAM: Unidade Local de Saúde do Alto Minho | Constitui uma entidade pública empresarial integrada no Serviço Nacional de Saúde, tendo como objetivo, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, com eficiência e eficácia asseguráveis a toda a população. | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada no quadro 8. |
| ESS-IPVC: Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo | Unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com intervenção na formação e no desenvolvimento em saúde | Implementação das medidas especificadas no capítulo 3.2. do presente plano, e participação nos processos de monitorização e acompanhamento do mesmo. Referenciada nos quadros 2 e 8. Avaliação final do PMIIVC. |

| Cronograma - PMIIVC | | | | | | | |
|--|---|----------|----------|----------|----------|----------|------------------------------------|
| | Medida | 2015 | 2016 | | 2017 | | Responsável |
| | | 2.º sem. | 1.º sem. | 2.º sem. | 1.º sem. | 2.º sem. | |
| Mercado de trabalho e empreendedorismo | M1. Formação em técnicas de procura ativa de emprego | | | | | | IEFP |
| | M2. Organização de sessões de divulgação, junto dos NPT, sobre a oferta formativa em áreas profissionais/operacionais | | | | | | IEFP ESS-IPVC |
| | M3. Promoção de sessões de sensibilização/informação sobre direitos e deveres no trabalho | | | | | | ACT |
| | M4. Promoção de ações de orientação profissional para uma gestão de carreira sustentada | | | | | | Psicoviana |
| | M5. Estabelecimento de quotas de matrícula destinadas a cidadãos NPT, nos cursos existentes | | | | | | EHTVC |
| | M6. Promoção de sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio | | | | | | CMVC- SGEAE; ANDC |
| | M7. Apoio à criação do próprio negócio | | | | | | CMVC-SGEAE; ANDC |
| | M8. Promoção de ações de sensibilização para as empresas do concelho na área da responsabilidade social e boas práticas na integração de Imigrantes | | | | | | Despertar; AEVC; Psicoviana. |
| | M9. Criação de um programa de estágios nas empresas do concelho (ainda que não remunerados) para integração de cidadãos NPT | | | | | | Despertar; AEVC; Psicoviana. |
| Educação e Língua | M10. Formação em língua portuguesa: <i>Português para Todos</i> | | | | | | IEFP; ESM; EsMaior; AEVC |
| | M11. Organização de 30 sessões de aperfeiçoamento da língua portuguesa | | | | | | CMVC-GCS (BLV) |
| | M12. Formação sobre o alfabeto português, o desenho da letra (maiúscula e minúscula) e o respetivo som | | | | | | Agrupamentos de escola |
| Capacitação e Formação | M13. Formação modular certificada em áreas profissionais operacionais | | | | | | IEFP |
| | M14. Promoção de formação modular na área da Agricultura | | | | | | Despertar |
| | M15. Formação modular nas áreas da Estética, Inglês, Informática e Saúde | | | | | | Psicoviana |
| | M16. Formação de representantes chave das comunidades de cidadãos NPT | | | | | | Despertar Psicoviana |
| | M17. Formação em consultoria de imagem | | | | | | Psicoviana |
| Cultura | M18. Distribuição e divulgação da agenda cultural e outras informações culturais pela comunidade NPT, via correio normal e correio eletrónico. | | | | | | CMVC-GCS; Cáritas |
| | M19. Colocação da agenda cultural em pontos estratégicos, com apoio dos parceiros | | | | | | EsMaior; ESM; GAF; IEFP |
| | M20. Possibilidade de participação em atividades promovidas pelos grupos folclóricos. | | | | | | CMVC-GCS AGFAM |
| | M21. Oferta de bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais. | | | | | | FAM |
| | M22. Participação gratuita nas oficinas de formação. | | | | | | CDV |
| | M23. Promoção de um espetáculo musical aberto a todos os intervenientes do PMIIVC. | | | | | | FAM |
| | M24. Estabelecimento de um dia escolar dedicado à "multiculturalidade" | | | | | | Agrupamentos de escolas |
| Cidadania e Participação Cívica | M25. Envolvimento de jovens NPT em atividades sociais, culturais, desportivas e artísticas. | | | | | | AJD |
| | M26. Promoção de espaços de debate, reflexão, projeção pública em matérias que interessam e preocupam os jovens imigrantes. | | | | | | AJD |
| | M27. Realização de intercâmbios para conhecimento de outras regiões do país. | | | | | | AJD |
| | M28. Capacitação de cidadãos NPT para o associativismo. | | | | | | AJD |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|---|----------------------------------|
| | M29. Integração de cidadãos NPT no grupo de colaboradores do <i>Ciclo (Re) Pensar a cidadania no Mundo Global</i> (sessões mensais com filmes comentados). | | | | | | GEED-ESE-IPVC | |
| | M30. Integração de cidadãos NPT no <i>Curso Livre - Aprendizagens para o Desenvolvimento: Educação, Cooperação e Cidadania Global</i> (formação anual), dando testemunhos sobre as suas vivências pessoais. | | | | | | GEED-ESE-IPVC | |
| | M31. Criação de uma campanha de sensibilização, junto dos cidadãos NPT, para a prática do voluntariado. | | | | | | CMVC-GCS | |
| | M32. Desenvolvimento de projetos em grupo comunitário de partilha intercultural para a promoção de sentimentos de pertença | | | | | | Psicoviana | |
| Serviços de Acolhimento e Integração | M33. Realização de atividades integradoras, de sensibilização e acolhimento ao longo do ano (durante 3 semanas de atividades). | | | | | | CMVC-GCS Cáritas (CLAII) | |
| | M34. Manutenção de um serviço multilingue de apoio à integração e informação ao cidadão NPT. | | | | | | Cáritas (CLAII) | |
| | M35. Criação de uma equipa de cidadãos NPT promotores do Acolhimento e Integração de outros cidadãos NPT. | | | | | | Cáritas (CLAII) | |
| | M36. Reestruturação e melhoramento do Guia do Cidadão Estrangeiro (GCE) disponível na página de Internet da CMVC. | | | | | | CMVC-GCS | |
| | M37. Produção de uma brochura informativa multilingue sobre os direitos e deveres no trabalho e acesso à saúde. | | | | | | | ACT; |
| | | | | | | | | ULSAM (ACES); Cáritas (CLAII) |
| M38. Dinamização de ações dirigidas a cidadãos NPT sobre a temática "Conhecer e utilizar de forma positiva os serviços públicos e os recursos da comunidade". | | | | | | | Psicoviana | |
| Saúde | M39. Formação na área da cultura e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT representadas no concelho | | | | | | ULSAM (ACES; UCC) | |
| | M40. Criação de um gabinete de mediação e informação no acesso aos serviços de saúde – Gabinete Intercultural de Saúde (GIS) – recorrendo a profissionais da área. | | | | | | CMVC-GCS; CMVC-GAE ULSAM (UCC) | |
| | M41. Produção de uma brochura, traduzida em Inglês, Francês e Russo sobre saúde sexual, dependências e violência doméstica | | | | | | GAF ULSAM (ACES; UCC) | |
| | M42. Criação de pequenos vídeos demonstrativos de procedimentos de saúde ao nível da maternidade | | | | | | ULSAM ESS-IPVC | |
| | M43. Criação de uma brochura traduzida em mandarim e ucraniano com informação sobre a maternidade | | | | | | ULSAM ESS-IPVC | |
| Solidariedade e Resposta Social | M44. Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica. | | | | | | GAF | |
| | M45. Tradução da página do GAF na língua materna das principais comunidades NPT | | | | | | GAF | |
| | M46. Formação dos técnicos em métodos de atendimento. | | | | | | CMVC-DAS; ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo | |
| | M47. Formação de técnicos para a figura de dinamizador intercultural | | | | | | ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo | |
| | M48. Criação de indicadores de avaliação do acompanhamento aos cidadãos NPT | | | | | | ISS, IP - Centro Distrital de Viana do Castelo | |
| Media e Sensibilização da Opinião Pública | M49. Criação de um programa semanal de informação para as três rádios no Concelho. | | | | | | Rádio Afifense; Rádio Geice; Rádio Alto Minho; CMVC-GAE. | |
| | M50. Criação de um programa de rádio sobre músicas e culturas dos cidadãos NPT. | | | | | | Rádio Afifense; Rádio Geice; Rádio Alto Minho; CMVC-GAE | |
| | M51. Organização de sessões de cinema temático dos países dos cidadãos NPT | | | | | | Ao Norte | |
| | M52. Organização de uma coluna de informação NPT na publicação local. | | | | | | Jornal Alto Minho; CMVC-GAE. | |

| | | | | | | | |
|-------------------------|---|--|--|--|--|--|---|
| | M53. Criação e manutenção do grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i> | | | | | | CMVC-GCS (através da Equipa dos Migrantes) |
| | M54. <i>Workshops</i> dinamizados por cidadãos NPT em áreas da sua competência. | | | | | | Despertar; Psicoviana. |
| | M55. Promoção de 2 espetáculos sobre o tema <i>Migrações</i> . | | | | | | CDV |
| | M56. Realização de um “Ciclo de Cinema” dedicado ao tema <i>Migrações</i> com debate no final de cada emissão. | | | | | | Ao Norte |
| | M57. Organização de 3 seminários/ conferências no âmbito do estudo das migrações. | | | | | | APS-Núcleo do Minho; CMVC-GCS; Cáritas |
| | M58. Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os seus países de origem e a ser difundido nos <i>media</i> locais | | | | | | CCAM |
| | M59. Edição de um conjunto de documentários onde se retrata a realidade de diferentes comunidades NPT | | | | | | Ao Norte |
| Racismo e Discriminação | M60. Promoção de ações de sensibilização de combate à discriminação, dirigida a profissionais de atendimento dos serviços públicos. | | | | | | Cáritas (CLAII); CMVC-GCS. |
| | M61. Realização de ações de sensibilização de combate à discriminação, dirigida a empresários. | | | | | | ACT; AEVC. |
| Relações Internacionais | M62. Realização de encontros com cidades geminadas dos países de origem dos cidadãos NPT. | | | | | | CMVC-GRIC; AIT |
| | M63. Integração de cidadãos NPT nas associações com atividades internacionais (Festival Internacional de Folclore). | | | | | | AGFAM |
| | M64. Promoção da participação gratuita de cidadãos NPT no Festival Internacional de Folclore. | | | | | | AGFAM |
| Desporto e Lazer | M65. Distribuição da informação disponível sobre atividades desportivas e recreativas, via correio normal e eletrónico. | | | | | | CMVC |
| | M66. Produção de uma “brochura” com o conjunto de modalidades desportivas existentes no concelho, traduzida em, pelo menos, 3 línguas. | | | | | | CMVC-DEDQV EDV Clubes Desportivos |
| | M67. Possibilidade de inscrição e participação gratuita a crianças e jovens NPT nas modalidades desportivas disponíveis. | | | | | | EDV Clubes Desportivos do Concelho |
| | M68. Dinamização de caminhadas <i>interculturais</i> . | | | | | | CMVC-GCS Cáritas |
| | M69. <i>Workshops</i> de cozinha dinamizados por cidadãos NPT | | | | | | CMVC-GCS ESM EHTVC |
| | M70. Possibilidade de participação gratuita a cidadãos NPT em aulas de natação e hidroginástica. | | | | | | CMVC-DEDQV |
| | M71. Criação de momentos de encontro interculturais entre cidadãos NPT e comunidade de acolhimento. | | | | | | CMVC-GCS Cáritas-CLAII |

Lista de parceiros do PMIIVC

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p>Autoridade para as Condições de Trabalho</p> |  <p>ACT AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO</p> | <p>Escola Secundária de Monserrate</p> |  |
| <p>Associação Empresarial de Viana do Castelo</p> |  <p>aevc ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VIANA DO CASTELO</p> | <p>Escola Secundária de Santa Maria Maior</p> |  <p>maior Escola Secundária de Santa Maria Maior</p> |
| <p>Associação de Grupos Folclóricos do Alto Minho</p> | | <p>Escola Superior de Saúde – Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS-IPVC)</p> |  <p>Escola Superior de Saúde</p> |
| <p>Associação Intercultural para Todos</p> | | <p>Fundação Átrio da Música</p> |  <p>Fundação Átrio da Música Escola Profissional de Música de Viana do Castelo</p> |
| <p>Associação Juvenil de Deão</p> |  <p>Associação Juvenil de Deão - AJD</p> | <p>Gabinete de Atendimento à Família</p> |  <p>www.gaf.pt</p> |
| <p>Associação de Produção e Animação Audiovisual</p> |  <p>AO NORTE</p> | <p>Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento – ESE-IPVC</p> |   <p>INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO Escola Superior de Educação</p> <p>Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento</p> |
| <p>Associação Portuguesa de Sociologia – Núcleo do Minho</p> |  <p>NÚCLEO DO MINHO NÚCLEO REGIONAL ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA</p> | <p>Instituto de Emprego e Formação Profissional</p> |  <p>INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p> |
| <p>Associação Nacional do Direito ao Crédito - ANDC</p> |  <p>ANDC MICROCRÉDITO</p> | <p>Instituto da Segurança Social, I. P.</p> |  <p>SEGURANÇA SOCIAL</p> |
| <p>Cáritas Diocesana de Viana do Castelo - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes</p> |   <p>CLAII CENTROS LOCAIS DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES</p> | <p>Jornal Alto Minho</p> |  |
| <p>Centro Cultural do Alto Minho</p> |  <p>centro cultural do alto minho</p> | <p>Psicoviana</p> |  |
| <p>Centro Dramático de Viana</p> |  <p>ctn TEATRO DO NOROESTE</p> | <p>Rádio Afifense</p> |  <p>AFIFENSE</p> |

| | | | |
|---|---|--------------------------------------|---|
| Despertar |  | Rádio Alto Minho |  |
| Escola Desportiva de Viana |  | Rádio Geice |  |
| Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo |  | Unidade Local de Saúde do Alto Minho |  |

(a) Ana Margarida Silva.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e subsequentemente e ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Vice Presidente da Câmara e os Vereadores Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro, Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Por último os Vereadores do PSD quiseram que ficasse registado em acta as suas felicitações à equipa técnica que elaborou o projecto de Plano pela qualidade evidenciada pelo mesmo.

25 de Junho de 2015